

por sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central ■ ano3 ■ nº 8

LAVANDERIA BRASIL S/A

A indústria que mais cresce no País

DESENVOLVIMENTO

**Ampliação do
crédito popular
ou “bancarização
dos pobres”?**

ARTIGOS

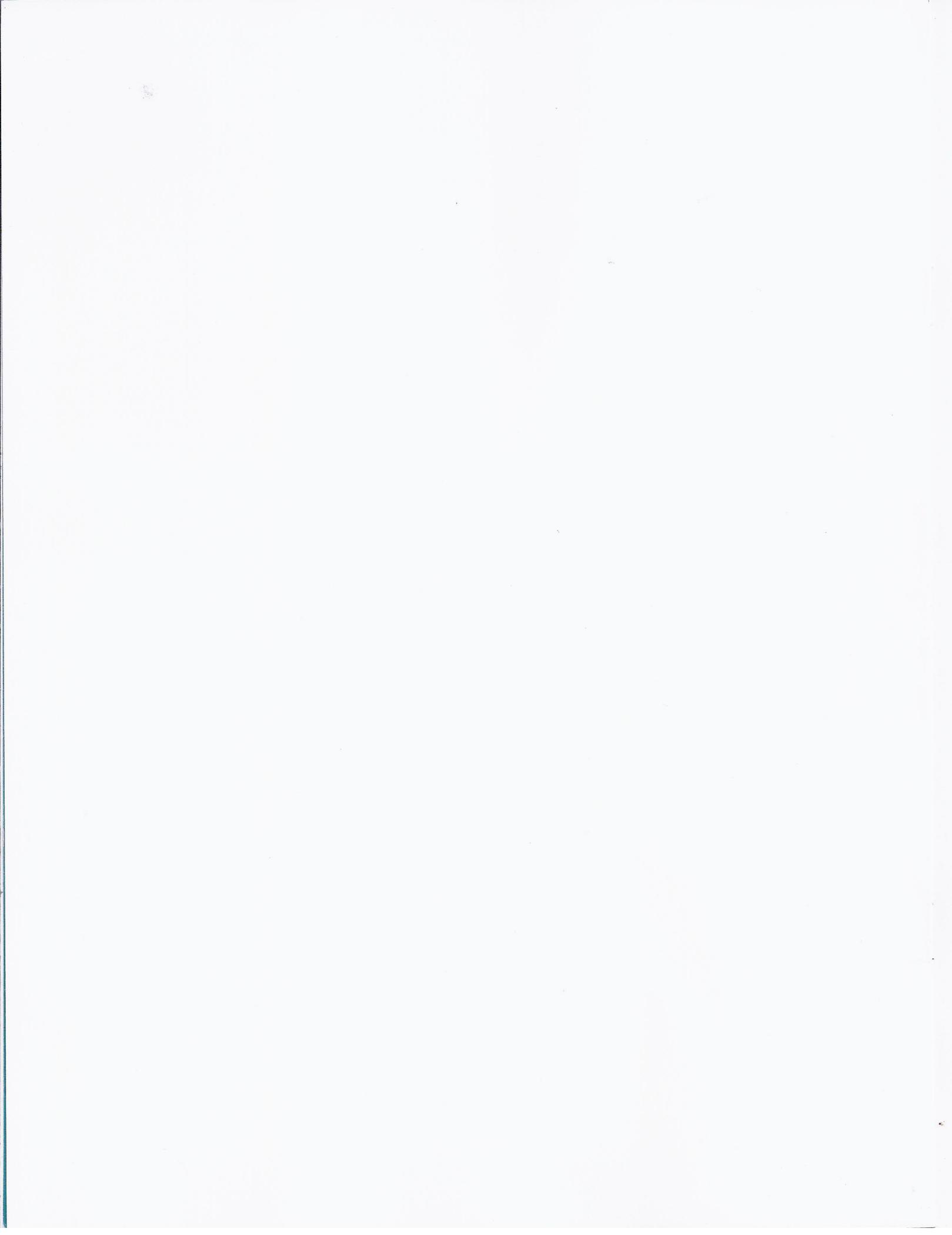
**Carlos Eduardo de Carvalho,
Jandira Feghali e
Paulo Rubem Santiago**



ENTREVISTA

**“A sociedade quer
um novo Estado,
menos inoperante
e mais eficaz”**

Luiz Fernando Silva,
Secretário de Recursos
Humanos do governo Lula



As aparências enganam

Combater as injustiças e os privilégios, garantir o equilíbrio do sistema no futuro e gerar poupança interna para financiar o desenvolvimento do País são os argumentos do governo para justificar a reforma da previdência nos termos da PEC-40.

De tão simplório e inconsistente não deveríamos nos ocupar do combate ao primeiro argumento, até para não cansar o nosso leitor. Não podemos, entretanto, deixar de destacar a grosseira manipulação dos números pelos representantes do governo. Comparam-se a média dos benefícios mensais do Regime Geral (RGPS), de R\$ 362,00 (que em maio foram reajustados em quase 20% atingindo a cifra de R\$ 434,00), a benefício mensal de R\$ 50 mil de um servidor. É uma colocação duplamente falaciosa. Primeiro por incluir na média do RGPS os benefícios dos milhões de rurais (de um salário mínimo) e as aposentadorias por idade, o que puxa a média para baixo. Dados obtidos junto ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) mostram que a média das aposentadorias por tempo de contribuição chega a R\$ 812,30, que deveria ser a base de comparação num debate sério. Em segundo lugar, os casos de aposentadorias acima do teto entre os servidores, fato que também ocorre no RGPS, não chega a 0,5% do total de inativos. A média da aposentadorias dos servidores civis do executivo federal, no período de dezembro de 2001 a novembro de 2002, foi de R\$ 2.272,00, segundo o próprio MPAS (exposição de motivos interministerial da PEC-40). Acrescentando o "expressivo" reajuste de 1%, de janeiro de 2003, e adicionando o abono de R\$ 59,87 esta média ficaria ainda abaixo do novo teto de R\$ 2.400,00 para o regime geral.

O desequilíbrio do sistema estaria associado ao propalado déficit que no futuro se tornaria incontrolável. Novamente falso. Na realidade não há déficit algum. O total da folha de pagamento dos ativos, aposentados e pensionistas é uma despesa a ser coberta como as demais despesas do governo, pagas pelas receitas tributárias. O que o governo e seus porta-vozes omitem é que entre 1995 e 2002 essa despesa relativamente à Receita Corrente Líquida caiu de 54,5 para 36,7%, ou seja, os gastos da União com pessoal, ativos, inativos, civis e militares, está em queda livre (fonte: Boletim de Pessoal do MPOG/SRH). Se computarmos apenas o pagamento dos servidores civis inativos este gasto caiu de 11,55% para 6,98%, ou seja, uma redução de 39,57%. Por outro lado, mantidas as atuais regras, o chamado déficit atual de 0,99% em relação ao PIB cairá, em 2.037, para cerca de 0,37%, segundo estudos do Tesouro Nacional.

Portanto, dados do próprio governo contradizem as suas afirmações. E tudo é muito lógico, na medida em que reduziu-se o tamanho do Estado, achatou-se o salário dos servidores, ampliaram-se os requisitos para se obter o benefício e eliminaram-se as brechas que permitiram no passado a ocorrência de aposentadorias milionárias.

Por último, restam os fundos de pensão como impulsionadores da poupança interna.

Segundo estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) não existe qualquer correspondência definida entre poupança nacional e fundos de previdência. Na Alemanha e na França os ativos dos fundos de pensão representam algo em torno de 4 e 3% do PIB, enquanto a poupança nacional gira em torno de 23 e 21%, respectivamente. Já nos Estados Unidos e no Reino Unido, os ativos dos fundos de pensão correspondem a 66 e 73% e as taxas de poupança situam-se nos patamares de 15 e 14% dos seus respectivos PIB. No Brasil, as 362 entidades fechadas de previdência complementar atingiram um patrimônio de R\$ 180 bilhões em 2002. Desse total, 64% eram aplicados em renda fixa (títulos públicos). Ao instituir um fundo de pensão no setor público o governo retira recursos de seu orçamento "de graça" e, posteriormente, se financia com parcela deste mesmo recurso pagando elevadas taxas de juro. Por outro lado, a experiência internacional, seja na América Latina ou nos países desenvolvidos, não assegura tranquilidade aos trabalhadores que depositam o seu futuro no mercado de risco. Nos últimos anos a capitalização dos fundos de pensão nos Estados Unidos foi negativa devido as perdas nas bolsas e a baixa remuneração dos títulos públicos americanos. As perdas nas bolsas americanas e europeias nos últimos cinco anos chegaram a dez trilhões de dólares cabendo aos fundos de pensão uma perda de 1,4 trilhão. Outro problema nesses países tem sido a concentração de investimentos em ações das próprias empresas. Quando elas quebram os trabalhadores assistem suas aposentadorias virarem pó. Foi o que aconteceu com os trabalhadores da Enron, da Worldcom, do Kmart e de tantas outras.

Na realidade os verdadeiros motivos para a reforma da previdência podem ser encontrados nas pressões dos oligopólios financeiros e na política fiscal do governo para garantir elevados superávits primários tendo em vista o pagamento de parcela do serviço da dívida pública. 

Luís Carlos Paes de Castro,
membro do Conselho Editorial da **Por Sinal**

"Agradecemos o envio da revista **Por Sinal** e parabenizamos essa entidade pelo excelente trabalho que vem sendo desenvolvido na abordagem de temas atuais e de relevante interesse, contribuindo significativamente para as lutas cidadãs."

Maria Lucia Fattorelli Carneiro
Presidente do Sindicato Nacional dos
Audidores-Fiscais da Receita Federal
(Unafisco Sindical)

"Neste cenário conturbado, em que o povo assiste à manutenção das políticas macroeconômicas do governo anterior, mais importância tem a **Por Sinal** como espaço de reflexão crítica, teórica e técnica, sobre a economia em nosso País."

Paulo Eduardo Gomes
Vereador (PT/Niterói)

"Quero parabenizá-los pela qualidade da revista **Por Sinal**, ao retratar, para os funcionários e para a sociedade, a conjuntura econômica em que se insere a instituição e os desafios que se apresentam no atual contexto. Na edição de abril de 2003, parabéns pela excelente ilustração da capa, abordando o tema da inflação."

Leonardo de Deus
Departamento de Informática
do Banco Central - Deinf

A revista **Por Sinal** é fundamental para se compreender melhor os problemas que o sistema financeiro nacional vem enfrentando.

Jefferson Guedes Oliveira
Jornalista free-lance

EXPEDIENTE ANO 3 NÚMERO 8 AGOSTO 2003

Sinal Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Por Sinal

Revista bimestral do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, David Falcão, Gustavo Diefenthaler,
 João Marcus Monteiro, Luis Antônio Cajazeira,
 Luiz Carlos Paes de Castro, Mário Getúlio Vargas Etelvino,
 Orlando Bordallo Junior, Sérgio da Luz Belsito

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SAS quadra 5, lote 4, bloco K, sala 410

Edifício Ok Off Tower – 70070 -100 Brasília (DF)

nacional@sinal.org.br

www.sinal.org.br

Redação

Coordenação geral: Letra Viva Comunicação –

Flavia Cavalcanti e Elane Maciel

Edição: Flavia Cavalcanti

Reportagem: Alexandre Medeiros e Paulo Vasconcellos

Arte: Maraca Design

Ilustração: Claudio Duarte

Fotolito: Madina

Impressão: Ultra Set

Tiragem: 12.000

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

- Capa** Lavanderia Brasil S/A: a indústria que mais cresce no País **Página 6**
- Artigo** Carlos Eduardo Carvalho Opções equivocadas na política econômica do governo Lula **Página 14**
- Entrevista** Luiz Fernando Silva, secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento **Página 16**
- Artigo** Paulo Rubem Santiago Reforma tributária: porque e para quem? **Página 25**
- Desenvolvimento** Ampliação do crédito popular ou “bancarização dos pobres”? **Página 28**
- Artigo** Oscar Bello A inocuidade da taxa básica de juros no Brasil **Página 35**
- Regional Belém** De costas para a Amazônia **Página 36**
- Pingue-pongue** Deputado Pauderney Avelino **Página 40**
- Artigo** Jandira Feghali A população ganha com a reforma da Previdência? **Página 42**

Lavanderia Brasil S/A: a indústria que mais cresce no País



A ONU estima que até US\$ 1,5 trilhão por ano seja movimentado pelos esquemas de lavagem de dinheiro. Não chega a ser surpresa que o Brasil tenha produzido escândalos do porte do Caso Banestado. Um mês e meio apenas de investigações na CPI do Congresso pôs a nu o tamanho do problema: de US\$ 30 a 100 bilhões desviados para a agência do banco em Nova Iorque e uma lista de políticos de grosso calibre a ser investigada. Um deles, o ex-prefeito Paulo Maluf, teve de dar explicações à polícia francesa por causa da dinheirama que carregava. O pacote lançado pelo governo em junho tenta conter a evasão ilegal de divisas e dá um cunho social ao combate à lavagem de dinheiro. A queixa mais ouvida nas instituições envolvidas na fiscalização e combate aos crimes financeiros, todavia, é sobre a falta de recursos e de coordenação entre elas para fechar a Lavanderia Brasil.

O Congresso Nacional, mais do que o governo, parece ter o desafio de fechar a torneira que jorra água para a lavagem do dinheiro do crime organizado no Brasil. A CPI do Banestado começa a desatar um nó que ninguém sabe ainda onde vai acabar. Além dos R\$ 84 bilhões que foram enviados para a agência do banco em Nova Iorque entre julho de 1996 e dezembro de 1999 por meio das contas CC5, de acordo com as investigações da comissão, sabe-se com certeza que o caminho percorrido pelo dinheiro passou pelo banco paranaense através de Foz do Iguaçu.

Há evidências ainda de que o golpe poderia envolver tucanos de fina plumagem e pefelistas de grosso coturno. Mais: que a principal arma da operação teria sido gestada no governo passado e, como se não bastasse, guarda uma semelhança simbólica com o fuzil que é marca registrada do crime organizado. A diferença das siglas AR-15 e CC5, afinal, se resume a letras e algarismos que no final das contas até rima fazem.

Criadas pela Carta Circular nº 5, de 27 de fevereiro de 1969, as contas CC5 deveriam ser usadas apenas para que pessoas físicas não residentes no Brasil (por exemplo, executivos de empresas multinacionais) pudessem trocar dólares, transacionar em moeda local e remeter dólares ao exterior até o limite do que haviam trazido. Os fuzis, por sua vez, eram para ser de uso exclusivo das Forças Armadas.

Ao criar uma nova modalidade de

CC5, que permitia a instituições financeiras o uso das contas para a remessa de divisas para o exterior sem a necessária estrutura de controle, o governo abriu a Lavanderia Brasil. Ao se apoderarem dos AR-15, os chefões do crime organizado passaram a atemorizar a sociedade e, para ostentar sinais de riqueza, trataram de lavar o dinheiro das drogas com remessas para o exterior pelas CC5.

O governo, ao lançar o pacote de combate à lavagem de dinheiro, em 10 de junho, mostrou a intenção de fechar algumas torneiras (*leia box na página 10*), mas esqueceu ou deixou para depois o que para muita gente é o principal: limitar o uso da CC5. O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central defende que elas sejam fiscalizadas com maior rigor. “Se não se atacar a questão da CC5, o governo terá combatido o problema pela metade”, afirma o presidente do Sinal, Sérgio da Luz Belsito.

O CAMINHO DAS PEDRAS

“Há muita mistificação. Fala-se em CC5 e pensa-se logo em lavagem de dinheiro, quando a coisa é muito mais complexa. Mexer com a CC5 é como mexer num vespeiro”, alerta Jaime Alves, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda (Coaf), quase que numa confissão de que a guerra está perdida.

A CPI do Banestado não parece tão convencida disso. Na terça-feira, 22 de julho, tomou o depoimento do ex-presidente do Banco Central



“Se não se atacar a questão da CC5, o governo terá combatido o problema pela metade.”

SÉRGIO DA LUZ BELSITO

Gustavo Franco. Foi ele quem assinou a portaria do Banco Central que autorizou para até R\$ 10 mil a ampliação do limite de remessa para o exterior por meio das CC5 quando ocupava a Diretoria da Área Internacional da instituição, em 1996.

Na CPI do Banestado, Franco afirmou que a diretoria do BC estava informada sobre a autorização dada a cinco bancos de Foz do Iguaçu (Banco do Brasil, Banestado, Banco Araucária, Bemge e Banco Real) para que pudessem receber em espécie depósitos superiores a R\$ 10 mil em contas CC5.

A justificativa seria restringir a ação dos doleiros na região, mas isso não o livrou de uma condenação no Tribunal de Contas da União (TCU), que o acusa de ter dado as autorizações aos bancos sem a exigência da

identificação do depositante. “As contas CC5 foram a chave para a redução do dólar paralelo à insignificância em que se encontra, restrito ao ilegal, e de onde não deve sair”, defendeu em artigo publicado em uma revista nacional.

“As contas CC5 são, sim, a chave da lavagem de dinheiro”, afirma Abrahão Patrui Júnior, auditor do Banco Central que levantou o Caso Banpará. “A responsabilidade do controle é do Banco Central, mas ele está sem estrutura adequada para fiscalizar as remessas. Há carência de pessoal, e a dotação orçamentária vem diminuindo anualmente, impedindo a realização de novos concursos.” Paulo Cavalheiro, diretor da área de Fiscalização, discorda. “O BC está bem aparelhado para combater os crimes financeiros, o que falta é uma metodologia de ação entre os órgãos do governo.”

“Dizer que a estrutura do Banco Central é adequada ao tamanho da empreitada é menosprezar o servidor e confundir a população”, reage Sérgio Belsito. “A Receita Federal tinha, há 25 anos, 12 mil fiscais na ativa. Hoje, conta com apenas 7.500. A demanda, porém, só fez aumentar”, reforça Clair Maria Rickmann, da União Nacional dos Fiscais da Receita Federal (Unafisco).

NITROGLICERINA

PURA

Muito antes de a lavagem de dinheiro se tornar um problema mundial, na segunda metade da década de

90, o Brasil já acumulava casos que mereciam entrar para o livro de recordes do gênero. O Caso Banpará foi apenas um dos primeiros a serem descobertos e um dos últimos a virem à tona. Abrahão Patrui Júnior começou a investigar o desvio de dinheiro do Banco do Estado do Pará há 6 anos. Parte das apurações acabou vazando para a imprensa só há dois.

Era nitroglicerina pura. Derrubou nada menos do que o todo-poderoso presidente do Senado, Jader Barbalho, que chegou a amargar dias na cadeia ou foragido antes de ser reeleito e reconquistar a imunidade parlamentar. Patrui tem no currículo pelo menos duas CPIs que puseram um freio em parte da impunidade nos crimes contra o sistema financeiro: a dos Precatórios e a da Previdência Social, que levou à prisão a fraudadora Georgina de Freitas.

Esses e outros casos já tinham levado o Brasil a entrar no Primeiro Mundo – ainda que pela porta dos fundos. As primeiras descobertas da Receita Federal ao cruzar dados da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF) e declarações de Imposto de Renda acabaram gerando a CPI do Finor. Nela descobriu-se que mais de 200 empresas emitiram notas frias entre 1980 e 1990. As primeiras 7 mil contas abertas totalizaram uma movimentação de R\$ 150 bilhões – R\$ 4 bilhões provenientes de soneração. Parte do dinheiro desviado era remetida para o exterior por intermédio das contas CC5.

Foi um escândalo atrás do outro. A negociação de posições futuras de dólares dos bancos Marka e Fonte-Cindam deu prejuízo de R\$ 1,6 bilhão aos cofres públicos. A operação começou quando o Fonte-Cindam recebeu um socorro do Banco Central depois da desvalorização do real, em janeiro de 1999. Pego de surpresa pela mudança na política cambial, o Fonte-Cindam foi acusado de ter comprado dólares em condições especiais, à semelhança do Marka.

Documentos levantados nos últimos quatro anos pela Polícia Federal demonstraram que o Fonte-Cindam, por intermédio de seu fundo de investimento, o Cindam Brazil Fund, ajudava a lavar o dinheiro da agência do Banestado em Nova Iorque. Papéis apresentados pela Polícia Federal em 16 de abril de 1997, por exemplo, comprovavam que o fundo do Cindam recebeu do Banestado de Nova Iorque US\$ 152 mil na conta mantida no Bank of Butterfield International, em Manhattan.

ILEGALIDADE

EM CADEIA

O dinheiro teria saído da conta do Banestado da Trade Link Bank, uma empresa *offshore* aberta pelos diretores do Banco Rural nas Ilhas Cayman. A combinação do uso das contas CC5 com paraísos fiscais gerou uma onda de ilegalidades em cadeia. O Opportunity Fund, consórcio do Banco Opportunity que amealhou parte do filé mignon das empresas telefônicas no processo de privatização, tam-

bém recebeu repasses da agência do Banestado, que totalizariam, em 1997, cerca de US\$ 1,5 milhão. O dinheiro era remetido por uma rede de doleiros para a conta do fundo em bancos dos Estados Unidos ou para o Midland Bank, nas Ilhas Cayman.

Já o fundo do Banco Pactual, o Pactual Orbit Fund Ltd., mandou uma bolada maior: pelo menos US\$ 5 milhões nos anos de 1996 e 1997. Numa única operação, o Fundo de Investimento do Pactual recebeu US\$ 2 milhões, depositados em uma conta do Banco de Nova Iorque. Grande parte do dinheiro teria sido enviada pelo doleiro Marcelo Tarsasantchi, dono da conta 7175 no Banestado.

O Caso Banestado implodiu como as torres do World Trade Center no atentado de 11 de setembro de 2001. Policiais federais brasileiros passaram 80 dias em Nova Iorque para desvendar o mapa da lavagem de dinheiro do Banestado. No barato, foram US\$ 30 bilhões que saíram do País. Os policiais descobriram ainda a Conta Tucano, engordada com remessas de US\$ 176 milhões, entre 1996 e 2000.

O número da conta, aberta no banco americano JP Morgan Chase, é 310035. O mapeamento traçado pelos policiais brasileiros com a ajuda de procuradores de Justiça de Nova Iorque é o documento básico da CPI do Banestado. No rastreamento do dinheiro chegou-se a 35 mil nomes de pessoas que teriam enviado recursos para fora do País pelo Banestado.

O dinheiro que saiu do Banco Estadual do Paraná, adquirido em 2000 pelo Itaú, seguiu o modelo típico do uso de "laranjas". Com CPFs falsos, eles abriam contas na agência do Banestado em Foz do Iguaçu, na fronteira com o Paraguai e a Argentina. Depois, obtinham autorização para movimentar contas CC5 para que os dólares fossem remetidos a correntistas da agência do banco em Nova Iorque e, de lá, para a Conta Tucano, no JP Morgan Chase.

A Conta Tucano seria apenas uma das torneiras pela qual jorrou como água o dinheiro do banco paranaense. Dali teriam saído também, segundo suspeita a polícia, os dólares que Paulo Maluf teria tirado dos cofres da Prefeitura de São Paulo e remetido ao exterior para a Construtora Mendes Júnior, como pagamento de parte das obras da Avenida Águas Espraiadas, na capital paulista.

O dinheiro depois iria parar nas contas 030171687, da empresa Campari, no MTB Bank; na 36968136, da Lespan, no Citibank; na 06100546, da Chanani, no National Bank, em Nova Iorque; e na conta registrada em nome de Maria Rodrigues, na Suíça. Da Suíça, o dinheiro teria seguido para o paraíso fiscal das Ilhas Jersey.

AMEAÇA

AS REFORMAS

O governo chegou a temer que uma investigação com tamanho potencial explosivo atrapalhasse a tramitação das reformas tributária e



"As contas CC5 são a chave da lavagem. A responsabilidade do controle é do BC, mas ele está sem estrutura para fiscalizar as remessas."

ABRAHÃO PATRUNI JÚNIOR

da Previdência. Analistas de mercado não demoraram a achar que também os investidores estrangeiros iriam recuar na confiança até agora depositada na estabilidade e manutenção das regras prometidas pelo governo Lula. Isso poderia adiar o primeiro passo da Secretaria de Recuperação de Ativos Ilícitos, anunciada pelo pacote do Ministério da Justiça para combater a lavagem de dinheiro: a autorização para o repatriamento de US\$ 60 bilhões a US\$ 100 bilhões de brasileiros, remetidos ao exterior sem conhecimento do Fisco.

Nem todo o dinheiro saiu do País por intermédio do Banestado. Parte havia sido remetida ao exterior durante a campanha eleitoral por temor da vitória petista. Seriam recursos

daquele pedaço aquinhoado da sociedade que não tem nenhuma ligação com o crime organizado, mas se valeu da mesma brecha empregada pelo crime organizado para mandar dinheiro ilegalmente para paraísos fiscais por meio de contas CC5.

Abrahão Patrúni Júnior, numa referência ao Caso do Propinoduto, que envolve ex-assessores do governo Anthony Garotinho, nomeado pela mulher, a governadora Rosinha Matheus, secretário de Segurança Pública depois do vazamento da frau-

de e da balbúrdia provocada por traficantes, vai mais longe: “A coisa é tão complexa que só se descobriu o desvio de US\$ 33 milhões dos cofres públicos do Rio de Janeiro quando da alienação de um banco suíço para outro.” Não será surpresa se uma das conclusões da CPI do Banestado for a de mostrar que há muito mais em comum entre bandidos do colarinho branco, políticos e chefões do crime organizado do que jamais se imaginou. No fundo, no fundo, este pode ser o vespeiro.

Governo aperta o cerco: lavagem vira crime social

Se foi mero acaso ou um sinal, apenas o tempo dirá. Setenta e um dias depois de preso em 10 de abril pela Polícia Nacional do Uruguai, o ex-policial e bicheiro João Arcanjo Ribeiro foi julgado e condenado na 1ª Vara do Tribunal Regional Federal do Mato Grosso. Pegou sete anos de prisão em regime fechado por porte ilegal de arma e receptação de armamento. Ele continua preso no Uruguai e, se tiver juízo ou um bom advogado, deve estar mexendo os pauzinhos para não ser extraditado. No Brasil, tem mais contas a prestar à Justiça.

João Arcanjo é dono de um patrimônio de R\$ 1 bilhão. Tudo fruto da lavagem de dinheiro. Respon-

de ainda a processo por homicídio. É acusado de ter sido o mandante do assassinato de Sívio Brandão em setembro do ano passado, em frente ao jornal *Folha do Estado*, no qual o empresário não poupava denúncias contra o chefe do crime organizado no Mato Grosso. Em Cuiabá, porém, João Arcanjo era tratado com a reverência que lhe é conferida pelo apelido: Comendador.

Entre a prisão e o julgamento, célere para os padrões brasileiros, só houve um fato relevante: no dia 10 de junho, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, resolveu mostrar que o governo Luiz Inácio Lula da Silva pretendia combater a lavagem de di-

nheiro não só com firmeza, mas também a partir de uma mudança de foco mais do que simbólica: antes apenas um crime financeiro, ela passava agora a ser um crime social.

ATRÁS DO DINHEIRO

O raciocínio é simples: “Sem lavagem de dinheiro não haveria como traficantes de drogas, seqüestradores, sonegadores e a bandidagem do colarinho branco levar a boa vida que levam, impunemente, mantendo a sociedade sob o tacão do terror”, diz o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldberg, de 28 anos.

O pacote tem quatro propostas definidas e oito em gestação. As duas primeiras dizem respeito especial ao Banco Central: a criação do Cadastro Único e a notificação obrigatória dos bancos sobre depósitos ou saques de R\$ 100 mil ou mais. Outras duas preveem a reestruturação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda (Coaf) e a criação da Secretaria de Recuperação de Ativos Financeiros Ilícitos.

A nova unidade ficará vinculada ao Ministério da Justiça, mas a intenção é que funcione como uma espécie de força-tarefa, formada por técnicos do Banco Central, da Secretaria da Receita Federal e Comissão de Valores Mobiliários, investigadores da Polícia Federal e diplomatas do Ministério das Relações Exteriores. A missão do departamento será resgatar, por exemplo, os R\$ 45 milhões que João Arcanjo Ribeiro evadiu para o Uruguai.

"A notificação de depósitos e saques de R\$ 100 mil atinge operações atípicas e não vai afetar o correntista comum", tentou tranquilizar o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. As expectativas e entraves embutidos no pacote vão, todavia, além das preocupações com o usuário do sistema financeiro. O BC tem estrutura, quadros e recursos suficientes para controlar com agilidade operações feitas por um batalhão de milhões de correntistas? Quem vai cuidar da operação? Mais importante, talvez: que tipo de articulação o banco terá com as outras

instituições encarregadas de rastrear os crimes de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro?

TORRE DE BABEL

As respostas tocam sempre no mesmo ponto. "O desafio é a miríade de instituições encarregadas de cuidar da lavagem de dinheiro no Brasil. Mais do que falta de informação ou capacitação técnica, o problema é que elas não se entendem", afirma Daniel Goldberg, do Ministério da Justiça. "É uma briga de vaidades em que cada um procura angariar os méritos de uma investigação, quando, a bem da verdade, deixam trabalhos inconclusos para os outros", endossa Sérgio Belsito, defensor de uma participação mais ativa do BC no combate aos crimes financeiros.

Abraão Patrui Júnior, auditor do Banco Central que desvendou o desvio de R\$ 2,5 milhões do Banpará e de R\$ 8,5 milhões de outras fontes, no governo Jader Barbalho, é contundente: "De um lado, há o banco que não fiscaliza; do outro, a ineficiência do Coaf; no meio, a falta de estrutura das instituições governamentais." Ricardo Liao, chefe do Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros do BC (Decif), rebate: "A lei brasileira contra a lavagem de dinheiro só tem cinco anos. Em mais cinco os resultados vão aparecer."

Raquel Branquinho Mamede do Nascimento, procuradora da República do Distrito Federal que participou



"A lei brasileira contra a lavagem de dinheiro só tem cinco anos. Em mais cinco, os resultados vão aparecer."

RICARDO LIAO

das investigações do Caso Banestado, nas quais se descobriu a existência de US\$ 30 bilhões em depósitos ilegais no Banestado, na agência em Nova Iorque, remetidos a partir do Brasil, é outra voz dissonante. "É certo que no Ministério Público há grande carência de pessoal técnico, mas muitas das questões de grande relevância no País não surtem efeito, em decorrência da ineficiência operativa que assola todo o sistema de investigação e persecução."

BODE EXPIATÓRIO

O culpado comum costuma ser o Coaf. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda, que deveria funcionar como central de inteligência no combate aos crimes de lavagem de di-



“Os resultados até agora são pequenos, mas, com a mudança de foco, o governo brasileiro definiu a prioridade certa, no tempo certo.”

GIOVANNI QUAGLIA

neiro e contra o sistema financeiro, só não é unanimidade de ineficiência porque quem trabalha nele discorda. A instituição opera, porém, com apenas 18 especialistas para cobrir todo o País. “O que temos são ilhas de investigação”, rebate Jaime Alves, assessor da Presidência do Coaf. “A Polícia Federal investiga, o Ministério Público investiga, o Banco Central investiga, mas nunca se chega a um entendimento, e a responsabilidade recai sempre sobre o Coaf.”

Ao Coaf respondem pesos-pesados do sistema financeiro e judiciário governamental e até quem está fora dele: o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários, a Secretaria da Receita Federal, a Superintendência de Seguros Privados, a Procuradoria-Geral da Fazen-

da Nacional e o Departamento de Polícia Federal – além do Ministério das Relações Exteriores e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Desde que foi criado, a rebouque da Lei da Lavagem de Dinheiro, em 1998, o Conselho recebeu 21.579 notificações de irregularidades, até 31/12/2000.

O campeão de queixas é o sistema financeiro, com 15.279 denúncias. Compra e venda de imóveis vêm em segundo lugar, com 2.543, seguidas de perto pelos bingos, com 2.469. O *ranking* inclui ainda 566 denúncias contra seguradoras; 435 relativas a sorteios e loterias; 147 contra cartões de crédito; 90 sobre empresas de *factoring*; 23 referentes a operações nas bolsas de valores; e dez contra os fundos de pensão. Os números parecem grandiosos, os resultados práticos nem tanto.

AJUDA MUNDIAL

A Organização das Nações Unidas que o diga. A estimativa da ONU é que a lavagem de dinheiro movimentada no mundo entre US\$ 500 bilhões a US\$ 1,5 trilhão por ano. No Brasil, só agora a instituição começa os primeiros estudos para dimensionar o problema. Trouxe o americano James Shaw, um especialista em crimes financeiros, dois meses antes do pacote anunciado pelo ministro Thomaz Bastos, para ensinar o caminho das pedras aos técnicos brasileiros.

Shaw voltou ao Peru – onde trabalha na recuperação de pelo me-

nos US\$ 100 milhões que Vladimiro Montesinos, ex-assessor do serviço secreto do governo Alberto Fujimori e mentor da maior rede de corrupção do país, teria desviado para a Suíça e paraísos fiscais – como entrou no Brasil: sem ser notado. É ele quem está por trás da proposta de criação da Secretaria de Recuperação de Ativos Ilícitos.

“É uma missão difícil, mas todos precisam se conscientizar de que sem lavagem não há crime organizado”, alerta Giovanni Quaglia, um italiano de 52 anos, há 20 funcionário da ONU, que pela segunda vez dirige no Brasil o Escritório da Organização das Nações Unidas Contra Drogas e Crimes Financeiros. “Pela primeira vez, o governo dá prioridade ao ponto de vista da sociedade em detrimento às preocupações com o sistema financeiro”, reforça Sérgio Belsito.

Quaglia é um otimista em meio a uma penca de idealistas e céticos. Instalado no gabinete do escritório da ONU, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, não cansa de desfilarmos o exemplo da Itália na luta contra a Máfia. “Foi uma guerra que começou nos anos 60 e segue até hoje.” Lá, foram recuperados nos últimos cinco anos US\$ 60 bilhões do crime organizado. O que se vê hoje no Rio de Janeiro, com os traficantes dominando a cidade, garante Giovanni Quaglia, não é inédito no mundo. “Os resultados até agora são pequenos, mas, com a mudança de foco, o governo brasileiro definiu a prioridade certa no tempo certo.”

O “jeitinho brasileiro” de burlar a lei

Empresas de *factoring*, de *offshore* e até os indefectíveis doleiros, agora mais sofisticados, comprovam que o desmonte da máquina de lavar dinheiro do crime organizado vai exigir uma sintonia fina de todos os órgãos governamentais envolvidos com os crimes financeiros. As empresas de *factoring* são apenas um exemplo de como traficantes, seqüestradores e sonegadores são pródigos no “jeitinho brasileiro” de driblar a lei.

Criadas para financiar pequenos negócios, as empresas de *factoring*, na maioria, servem de pronto-socorro para comerciantes e industriais com dificuldades de caixa. Acoberçadas em geral pela fachada de uma corretora e/ou distribuidora de valores, aceitam cheques pré-datados tanto de empresários endividados quanto daqueles que já integram a máfia da lavagem. A estimativa é que cerca de 2 mil empresas de *factoring* funcionam no País. Apenas 700 delas são cadastradas. Mais de 300 operam irregularmente. Outras mil estariam atuando livremente no mercado sem que haja qualquer controle ou registro de que existam.

É assim também com as empresas de *offshore*. “Com US\$ 57 e um pouco de paciência para se esperar 14 dias pela tramitação dos papéis, abre-se uma *offshore* em Miami”, ironiza Clair Rickmann, da Unafisco.

O bloqueio administrativo tem sido uma das principais armas no mundo todo no combate à lavagem de dinheiro.”

DANIEL GOLDBERG

“Muitas estão instaladas em endereços comuns, e simples detalhe já serve de flagrante de que algo de irregular está em prática, mas o governo faz vista grossa.”

O comendador João Arcanjo Ribeiro, não. Montou duas *offshore* no Uruguai porque as leis do país contra a lavagem de dinheiro são mais frágeis que no Brasil. “O Uruguai se tornou uma rota de saída fácil para o dinheiro do tráfico”, afirma Ricardo Liao, do Decif. Foi assim que João Arcanjo abriu a Aveyron Sociedade Anônima e a Lyman em nome de “laranjas”, em Montevidéu.

Às vezes, uma das nove financeiras do chefe do crime organizado do Mato Grosso contraía empréstimos em bancos uruguaios apresentando como fiadora a Aveyron, que pagava os débitos quase que simultaneamente à liberação do crédito. No golpe mais audacioso, forjou a venda da Confiança Factoring para a Lyman S/A por US\$ 10 milhões. Na

prática, vendeu uma empresa dele para ele mesmo. A operação serviu para esquentar US\$ 30 milhões que arrecadara com o tráfico de drogas.

São tantas as brechas que talvez nem as oito medidas que o Ministério da Justiça ainda avalia para adotar no combate à lavagem de dinheiro consigam fechá-las. O cerco ao crime organizado, porém, é questão de honra para o governo Lula. As corretoras de imóveis estão na mira e deverão se submeter a uma legislação reforçada para que não sirvam mais à lavagem de dinheiro. Até o fim do ano, deve ser encaminhado ao Congresso projeto que permite o bloqueio administrativo imediato de suspeitos antes da necessidade de autorização judicial.

“O bloqueio administrativo tem sido uma das principais armas no mundo todo no combate à lavagem de dinheiro. Até os paraísos fiscais já adotam o bloqueio administrativo”, defende Daniel Goldberg, do Ministério da Justiça. O resto do pacote pode vir premiado ainda com uma relativização do sigilo bancário. “Sem resolver a questão da quebra do sigilo bancário não se chegará a lugar algum”, apregoa Jaime Alves, do Coaf. “O sigilo não pode ser uma arma dos criminosos contra a sociedade”, reforça Sérgio Belsito, presidente do Sinal.

Leia mais sobre lavagem
no site www.sinal.org.br

Opções equivocadas na política econômica do governo Lula

A política econômica de curto prazo no início do governo Lula deveria estar voltada para três objetivos básicos: neutralizar as armadilhas herdadas da era FHC; abrir caminho para as mudanças prometidas; e armar o campo político para sustentar as políticas de distribuição de renda, redução drástica da miséria e da pobreza e crescimento econômico sustentado. A orientação seguida nos primeiros seis meses procura atender ao primeiro objetivo, de forma equivocada, à custa de comprometer seriamente os dois outros.

Desarmar as armadilhas significava reduzir o risco de instabilidade macroeconômica prolongada, a ameaça de insolvência externa contornada apenas à custa do dinheiro do FMI, mas significava também controlar e reduzir a “orgia financeira”, baseada na combinação de juros altos e superávits fiscais cavalares para garantir o pagamento pontual e certo dos juros, à custa do setor produtivo e dos gastos sociais.

Abrir caminho para as mudanças foi entendido pelo governo como ganhar confiança dos mercados para poder “depois” fazer as políticas que “assustariam” agora. Pelo ideário da antiga oposição, significaria sinalizar compromisso com o crescimento com distribuição de renda e deixar claro que todos os instrumentos de política seriam direcionados para isso.

Armar o campo político pelo crescimento com distribuição de renda foi entendido pelo governo Lula como ganhar a confiança dos setores que mais lucraram com o governo financista de FHC, de modo a evitar que passassem à oposição e à sabotagem. A antiga oposição entendia que seria impossível mudar a política econômica sem reduzir os lucros absurdos desses setores, em especial os bancos e os rentistas em geral, sem definir um horizonte de crescimento como prioridade inegociável, o que poderia atrair os interesses de outros setores do capital.

O quadro econômico do final de 2002 era realmente grave, mas o novo governo dispunha de enorme capital político para uma guinada clara em relação às políticas anteriores, guinada que sinalizasse compromisso com o crescimento, a elevação da renda e do emprego, ao lado da responsabilidade com a situação fiscal e com o controle da inflação.

As medidas possíveis para essa sinalização deveriam incluir, no que se refere à política econômica de curto prazo:

- começar a baixar os juros, mesmo que pouco de início;
- recusar metas de superávit fiscal primário como único caminho para evitar o descontrole da dívida pública e apostar na queda da dívida pela redução progressiva dos juros;
- aceitar o risco de sofrer a pressão cambial por algum tempo e fechar brechas para a evasão de capital;

- buscar o combate à inflação por controle de preços de setores estratégicos, inclusive com revisão de contratos que asseguram indexação de tarifas;

- anunciar políticas pró-crescimento de imediato: crédito, redução de juros dos bancos públicos, programas de incentivo, aproveitando os recursos a serem recuperados com a queda dos juros.

Além dessas medidas imediatas, deveria ser anunciado um programa de reformas adequado aos objetivos da coalizão de centro-esquerda com que o governo se elegera:

- reforma tributária voltada para redução dos custos das empresas e para a progressividade, o que suporia aumento da receita do Imposto de Renda sobre as pessoas de renda alta, combate rigoroso à sonegação, fechamento de brechas para evasão e elisão fiscal;

- combate às injustiças clamorosas da Previdência oficial, e não a reprodução do projeto de FHC;

- programa de reforma agrária e assentamentos;

- gastos sociais compensatórios de imediato.

O sentido dessas medidas seria, no essencial, formar uma base política sólida em favor do governo de mudanças prometido, com base na autoridade política do presidente recém-eleito. A operação exigiria grande habilidade para dividir os adversários e o grande capital, deixá-los em dúvida sobre o caminho a seguir.

No plano econômico, o principal instrumento para tanto seria a sinalização de um futuro de “crescimento chinês”, em que o investimento produtivo seria remunerado, e não com a reprodução dos anos de crescimento medíocre que haviam sido derrotados nas urnas. Tratava-se de prometer algo palpável ao grande capital, a setores das grandes empresas e do capital estrangeiro. No plano político, o principal instrumento seria o discurso convincente e cauteloso, a ausência de bravatas e de provocações, a cautela no uso dos instrumentos.

Havia e há espaço para tanto? Sim, havia e há. Um balanço cuidadoso da experiência dos países da periferia nos anos 90 mostra que, apesar dos fortes limites e constrangimentos impostos pela dominação dos países centrais e pela força do grande capital, existe um razoável espaço de manobra, um número considerável de alternativas possíveis. Ao contrário do que muitas vezes se afirma, não houve nesse período nenhum modelo único de política econômica. Basta ver que na América Latina, nos últimos dez anos, fez-se de tudo em termos de políticas cambiais, monetárias e fiscais.

O que os ideólogos liberais exigem é o compromisso com o grande capital, “respeito aos contratos”, liberalização, privatização, mas nem isso se sabe exatamente o que é nem como deve ser feito. A

expressão “fazer a lição de casa” é mistificadora: ninguém sabe ao certo qual é a “lição de casa” a fazer. Mais que isso, a experiência dos anos de liberalização comprova que políticas bem-comportadas podem envolver riscos consideráveis. O exemplo mais dramático é o da Argentina no final da conversibilidade, quando o governo De La Rúa procurou fazer de tudo para “ganhar a confiança dos mercados” e “manter os contratos”, e conseguiu apenas precipitar o país em uma catástrofe monumental.

Um dos principais riscos da política do governo Lula é a sinalização de “mais do mesmo” como opção estratégica. A reafirmação dos dogmas da era FHC agrada a banqueiros e rentistas, mas também sinaliza a opção por um modelo de política econômica que pode manter o Brasil como um país de crescimento baixo, com vulnerabilidade externa acentuada e riscos recorrentes de instabilidade cambial, com a ameaça de surtos de desconfiança na dívida pública induzindo juros cronicamente elevados e baixo volume de crédito, além da ameaça de degradação social. Neste cenário, o investimento produtivo é estimulado a procurar outros países, menos ortodoxos e mais promissores.

Outro risco grave da atual política são os danos do quadro recessivo sobre as empresas e os trabalhadores. A opção da equipe da Fazenda é clara: evitar os riscos de conflito com o grande capital e os mercados, mesmo à custa de recessão e desemprego. Sabe-se que a recessão tende a afetar muito mais as pequenas e médias empresas, e muito do seu capital e de sua capacidade empresarial podem se perder em definitivo. A volta do crescimento não consegue recuperar com facilidade o que se perdeu nesses momentos de instabilidade e forte contração da atividade produtiva. Vale lembrar que boa parte dessas perdas é absorvida pelos bancos e pelas grandes empresas, pela execução de garantias, apropriação de lucros e ocupação de mercados. Da mesma forma, há consideráveis perdas de capital humano, pelos sofrimentos impostos aos trabalhadores desempregados ou sob ameaça aguda de desemprego, e também de capacidade empresarial, pela desorganização de equipes, interrupção de planos, etc.

É muito interessante a experiência do Chile nos anos 90, com a política econômica sempre preocupada em evitar a valorização do câmbio, para não prejudicar as exportações, e impedir que déficits externos crescentes pudessem provocar crises e instabilidade. Essas preocupações sustentaram as políticas de restringir fortemente a entrada de capitais de curto prazo e manter a estatal do cobre, cujas receitas foram fundamentais para dar ao Estado a possibilidade de realizar políticas fiscais anticíclicas.

Nada há na política do governo Lula que sinalize o compromisso de desatar a armadilha da vulnerabilidade externa crônica, que ameaça repor a instabilidade econômica a qualquer momento, ameaça o País sob o risco de políticas recessivas impostas por estrangulamento externo. A estratégia repousa nos fluxos de capitais, na capacidade de atraí-los, da mesma forma que há dez anos, quando os tucanos lança-

ram o Plano Real.

O problema é que está difícil repetir o experimento: o cenário externo é adverso, com perspectivas no mínimo incertas, e a irresponsabilidade fiscal dos dois governos de FHC e Pedro Malan levou a dívida pública para 55% do PIB, apesar de a carga tributária ter chegado a níveis próximos de 35% do PIB. Mesmo que seja a opção de Lula e do PT, talvez não seja possível fazer o terceiro mandato tucano, da mesma forma que De La Rúa não conseguiu fazer o terceiro mandato da conversibilidade, por mais que tenha se empenhado para tanto.

Outro grande risco do governo Lula é ter de fazer concessões enormes ao grande capital. É uma perigosa ilusão supor que o bomocismo de agora possa merecer um atestado dos mercados que autorize o governo brasileiro a praticar políticas menos aceitáveis mais adiante. É uma perigosa ilusão querer ser mais esperto e “enganar” os mercados, as agências internacionais, os governos das nações mais poderosas e o grande capital em geral. Todos esses senhores, todos os seus patrões e todos os seus assessores bem remunerados consideram a possibilidade de o governo Lula querer dar uma “driblada”, fazer-se de cooperativo e simpático para se fortalecer e depois dar a volta por cima e fazê-los engolir o que não queriam desde o início.

Para evitar que isso ocorra, além de inibir o governo eleito pela esquerda com as ameaças costumeiras, veladas ou não, tratam de vender caro o apoio que dão agora, e o preço é arrancar concessões que dificultem ou inviabilizem mudanças de rumo posteriores. O apoio dado agora não é um capital entregue ao Brasil para usar depois como quiser, não é nada comparável a um empréstimo de longo prazo, sacável sem condicionalidades. O FMI e os mercados estão cobrando caro pelo crédito concedido agora, e o preço é alto. As mudanças no Artigo 192 da Constituição de 1988 abriram caminho para aprovar a “autonomia” do Banco Central, conforme pediu o FMI nos acordos de 2002 e o grande capital e seus ideólogos pedem há mais de dez anos. As reformas da Previdência e tributária estão sendo encaminhadas de acordo com o figurino neoliberal, e vez por outra aparecem propostas para “flexibilizar” o mercado de trabalho, ou seja, avançar ainda mais na desmontagem dos direitos dos trabalhadores. E a adesão progressiva ao calendário da ALCA mostra bem para onde os “mercados” querem empurrar o Brasil.

Em suma, trata-se de arrancar do governo Lula concessões reais, institucionais, difíceis de se reverterem no futuro, e com implicações muito concretas em termos de redução da margem de manobra do governo brasileiro. Dessa forma, os custos das escolhas iniciais do governo Lula poderão se revelar muito altos a médio e longo prazos e podem reduzir drasticamente a capacidade de reação da política econômica e a própria autonomia do nosso País.

(*) Economista, professor da PUC de São Paulo, foi coordenador do Programa de Governo da candidatura presidencial do PT em 1989.

A sociedade quer um novo Estado, menos inoperante e mais eficaz”

Ele já foi advogado e consultor de importantes entidades do funcionalismo público federal, hoje em pé de guerra contra o governo Lula. Mesmo assim, topou o desafio “de trocar de lado” e aceitou o convite do ministro Guido Mantega para dirigir a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento. Em entrevista à revista **Por Sinal**, Luiz Fernando Silva faz duras críticas à administração FHC e discute as bases de uma nova política de recursos humanos para o servidor público: “O Estado moderno tem de admitir que as pessoas não estão no serviço público como serviçais, mas como trabalhadores, com interesses e conflitos próprios.”



■ **Fale um pouco da estrutura interna do Ministério do Planejamento. Quem cuida da política de recursos humanos?**

O Ministério talvez seja o maior do governo do ponto de vista da abrangência de órgãos públicos. É um ministério bastante pesado. Estão ligados a ele o IBGE, o Ipea e diversas secretarias internas, como a de Orçamento Federal, a de Patrimônio da União, a de Recursos Humanos e a de Gestão.

Estas duas últimas foram criadas quando o Ministério da Reforma Administrativa foi extinto. Paulatinamente, as políticas de recursos humanos se transferiram para a Secretaria de Gestão. Em princípio, não havia contradição, porque esta tinha um outro perfil: cuidar da grande política dos órgãos públicos, política de gestão mesmo, de estrutura e de infra-estrutura. Com o tempo, porém, isso gerou um problema administrativo interno, bastante sério, que persistiu durante o governo passado. Ninguém sabia, por exemplo, a quem dirigir uma proposta de reestruturação de carreira, se à Secretaria de Recursos Humanos ou à de Gestão.

■ **E no novo governo, quem cuida dessa questão?**

Com o novo regimento interno, publicado há poucos dias, essa dúvida regimental se resolve, e a política de recursos humanos passa a ser atribuição da Secretaria de Recursos Humanos – aspectos sobre carreira e seguridade social do servidor, por exemplo, estão nela integrados. A

Secretaria de Gestão assume o papel que é dela – fazer a macrogestão, discutir o papel do Estado, definir o tamanho e o perfil dos órgãos públicos. Enfim, essa é uma solução que muito provavelmente, a curto prazo, vai permitir um redimensionamento da política de recursos humanos. Para compatibilizá-la com a política de gestão dos órgãos públicos, criamos no Ministério do Planejamento um comitê do qual participam o secretário-executivo do Ministério, os secretários de Recursos Humanos, de Gestão, de Orçamento Federal e a Enap (Escola Nacional de Administração Pública). É ela que deve cuidar também, na ponta, da qualificação dos servidores, e não só dos gestores, como vinha fazendo. Esses cinco dirigentes farão o batimento entre as políticas. Quando estivermos definindo uma política de carreira para o Banco Central, por exemplo, ela estará casada com a própria política do BC, para que a discussão de carreira não mais seja descasada do objetivo da instituição, como na administração passada.

Antes se criavam três, quatro carreiras dentro de um órgão público, sem nenhuma vinculação com o perfil do órgão. Na verdade, iam sendo criadas tabelas salariais para responder às diferentes demandas das categorias. Há casos absurdos, como o do Ministério da Previdência, que chegou a ter duas carreiras para o mesmo objetivo – a dos antigos servidores do órgão de nível superior, fazendo as atividades de nível superior do INSS, e a de analista previdenciário, com as mesmas exigências, atri-

buições e salários, só que enquadrado em outra carreira. Como é que se administra isso?

■ **Qual o conceito de carreiras exclusivas de Estado? Quais seriam elas?**

Ainda não discutimos sobre quais carreiras deveríamos classificar como típicas de Estado, mas não vejo problema nisso. O erro que se praticou no período anterior foi o de se classificar algumas como típicas de Estado, enquanto outras tinham de ser terceirizadas. No meu ponto de vista, esse enfoque estava errado. Algumas carreiras são típicas de Estado porque desenvolvem uma função que é específica deste. Outros servidores, porém, desenvolvem funções igualmente importantes – porque têm peso e atendem a população, principalmente nas áreas de saúde, previdência e educação – que também são carreiras de Estado, só que não exclusivas. Isto porque a Constituição permite que haja concorrência com a iniciativa privada nos casos dessas três áreas. O problema, portanto, não é dividir as carreiras em típicas e não-típicas de Estado. O que nós queremos é repensar esse conceito, não acabar com ele, mas dizendo que também os outros exercem uma atividade importante e devem ter o mesmo critério de tratamento.

■ **Então a idéia é tratar as carreiras do serviço público globalmente ou por grupos de carreiras congêneres?**

Devemos parar com a lógica que foi criada no governo anterior de que quanto maior for o número de carreiras, melhor. Não penso assim. Há especificidades, sim. Órgãos públicos com perfil muito definido, que exige uma especialização até mesmo no nível intermediário para que sua atividade-fim seja exercida. Esses têm de ter uma carreira. E, para exercê-la, o servidor precisa estar



“Precisamos demonstrar claramente aos servidores que a política de valorização da função pública do governo Lula é para valer.”

vinculado ao órgão desde o começo. Mas existem outros, como a nossa Secretaria de Recursos Humanos, nos quais os servidores exercem uma atividade burocrática. Nesse caso, não tem sentido se pensar em carreira. Imagino a idéia de uma carreira como uma pirâmide, cuja base agrupa as generalidades. Estou falando de uma maneira geral também, admitindo que existam especificidades que estariam fora dessa pirâmide.

Acho que o Banco Central é um exemplo desses, em que cabe falar de carreira específica. Voltando aos outros casos, penso que no começo, principalmente na base da pirâmide, quando o servidor está ingressando, quanto mais genéricas forem suas atribuições e quanto mais generalistas forem as carreiras, melhor. Porque isso vai permitir uma migração entre os órgãos e um aproveitamento mais eficaz dessa força de trabalho. É melhor para o órgão público e para o próprio servidor. À medida que o servidor for se decidindo profissionalmente e se capacitando, tem de se especializar. Não adianta investir num servidor dez, 15, 20 anos, para ser um ótimo funcionário do Ministério da Saúde, por exemplo, e depois ele querer trabalhar no Ministério do Trabalho. O investimento seria em vão. A idéia, portanto, é que com o passar do tempo ele possa ir se especializando.

■ **Oito anos de Fernando Henrique Cardoso e um legado de recursos precários e demandas reprimidas. Como é que vocês vão trabalhar com isso?**

Em primeiro lugar, deixando claro que temos de mudar a política de recursos humanos. Não pode ser aquela política anterior, em que as coisas são resolvidas a partir de uma pressão isolada de um ou outro setor. Há que se ter realmente uma política de recursos humanos, principalmente em relação às carreiras. É por dentro da carrei-

ra, pela sua reestruturação, que é possível discutir valorização, qualificação, salários mais dignos e incentivos ao exercício da função pública. Mesmo com um orçamento reprimido e com as dificuldades que reconhecemos estar enfrentando, é possível encontrar soluções na discussão por dentro das carreiras.

Em segundo lugar, democratizando as relações de trabalho no setor público. Para isso, é preciso mudar a cultura dentro da administração pública e entender que os servidores públicos têm interesses, têm conflitos, e que estes devem ser resolvidos. Nós queremos mudar o Direito Administrativo. O que se diz em todos os livros de Direito Administrativo? Que o servidor público fez concurso e por isso se submeteu ao Estado. Não tem direito adquirido, não tem direito a nada. Até bem pouco tempo, eles não tinham direito à greve, nem eram sindicalizados. E sabem por quê? Porque aceitar isso era aceitar que eles tinham conflito de interesses com o Estado e, em última análise, conflito de interesses com a sociedade.

O Estado moderno tem de admitir que as pessoas não estão no serviço público como serviçais, mas como trabalhadores. Por isso, esse conflito de interesses precisa ter um tratamento. Muitos só vêem a mesa de negociação como uma coisa formal. Mas quem opera no Direito sabe que a mesa é muito mais do que isso. Significa uma mudança de cultura administrativa que, espero, leve à mudança da doutrina do Direito Administrativo brasileiro. E que isso possa se refletir nos estados e municípios.

■ **A atual proposta de reforma da Previdência provocou um gigantesco sentimento de frustração entre o funcionalismo público, ânimos acirrados e muita desconfiança em relação às reais intenções do governo. Diante desse clima, com o funcionalismo mobilizado e boa parte em greve, como tornar atrativa a carreira pública?**

É evidente que há um descontentamento do funcionalismo público em relação à reforma da Previdência. O governo não tinha ilusões de que os servidores concordariam com todos os aspectos que seriam propostos. O

que espero, e tenho certeza de que vamos atingir, é que, ultrapassada esta fase da reforma, e se possível com as negociações que estão em curso, se possa passar para uma segunda fase: a de demonstrar claramente aos servidores que o que estamos pregando de política de valorização da função pública é para valer. A questão da Previdência para os servidores é transcendental, mas tenho convicção de que a política de recursos humanos, de médio e de longo prazos, é capaz de reverter esse quadro de descrença. Espero que a discussão de carreiras seja efetivada até o fim do ano, e que no ano que vem possamos passar para a fase de reestruturação das carreiras de fato. A partir daí, acredito que as pessoas comecem a assimilar que estão sendo valorizadas.

■ **Incremento de folha, recuperação de perda, reestruturação, tudo isso tem custo. Qual o orçamento que o Ministério realmente dispõe para viabilizar essa política de recursos humanos?**

Em primeiro lugar, dizer o que já foi feito. Até maio passado, o governo autorizou concursos públicos para 20 mil vagas. Ou seja, em cinco meses, criou ou preencheu 5 mil vagas, através de concurso público. O governo anterior tinha uma média de 4 mil por ano. Fizemos em cinco meses mais do que o governo Fernando Henrique fez em quatro anos. Isso é uma demonstração clara de que queremos mudar o serviço público, de que entendemos o valor que tem o serviço público e de que vamos investir pesado no serviço público. Se não fosse assim, teríamos continuado a política de terceirização.





“É inaceitável que se tenha 90% da força de trabalho no Poder Executivo e que esse percentual consuma 60% do orçamento, enquanto os outros 10% – do Legislativo e do Judiciário – consumam 40%.”

Vamos reverter toda a terceirização que se fez aqui. Este é, portanto, um aspecto que já demonstra claramente o nosso objetivo.

■ E quanto ao orçamento do Ministério?

De fato, o orçamento é um problema sério. O governo Fernando Henrique nos deixou R\$ 1,123 bilhão para fazer o reajuste do funcionalismo – quantia absolutamente insignificante. Estamos trabalhando com um patamar de R\$ 3 bilhões para o ano que vem. Não é ainda suficiente para fazer tudo o que estamos planejando, mas significa três vezes mais do que a administração passada projetou de 2002 para 2003. E não paramos aí. Este é o valor que até agora foi autorizado para que trabalhássemos a política de saúde dos servidores do Poder Executivo. Em particular, o vale-alimentação, a questão das carreiras e o reajuste salarial de 2004. É evidente que não é o que se espera para que se possa adotar uma política de valorização para valer, mas é um primeiro passo dentro de uma limitação orçamentária pesada e de uma crise que o governo estava enfrentando até o mês passado – crise de inflação, inclusive, que impedia que se fizessem projeções de longo prazo mais razoáveis. Minha convicção é de que em 2004 teremos uma condição orçamentária

mais expressiva do que esta e de que, a partir daí, vamos conseguir uma solução bem melhor.

■ Solução melhor significa melhores salários?

Quero destacar um aspecto que é um desafio para nós do governo e para vocês do movimento sindical, em particular, do Poder Executivo. É uma opinião pessoal. Não dá para se discutir as questões de reajuste linear de salário sem levar em conta a diferenciação descabida que existe entre os três poderes. É inaceitável que tenhamos 90% da força de trabalho no Poder Executivo e que esse percentual consuma 60% do orçamento, enquanto os outros 10% da força de trabalho – do Legislativo e do Judiciário – consumam 40%. Essa é uma discussão que, sem dúvida, vamos ter de enfrentar. Penso que esse é um aspecto que vem inibindo e dificultando um tratamento mais pesado de recuperação de perda no Poder Executivo. Principalmente quando se tem uma ordem constitucional que obriga um reajuste linear igual para todos. É essa a política que devemos continuar fazendo?

■ Dentre as carreiras no setor público, as do Banco do Brasil, do Banco Central, da Receita Federal e da Petrobras sempre estiveram entre as mais promissoras. O mercado cresceu, se fortaleceu, e as contas públicas entraram em crise. Em relação às carreiras das estatais e da União, os salários não estão compatíveis com os do mercado. Como o Estado tem condição de competir com o mercado, de modo a preservar a qualidade de seus quadros?

Adotando uma política como a que foi implementada no início da estruturação do Estado: oferecer outros atrativos quando não se tem condições de oferecer salários iguais. Vamos comparar o maior dos absurdos: o salário do presidente da República com o de um executivo de empresa mediana. Enquanto o presidente recebe R\$ 8.700, qualquer empresa média do Brasil paga salários para seus executivos na base de R\$ 50 mil, R\$ 100 mil, ou mais, se for uma multinacional. Ao comparar esses dois graus de responsabilidade, vemos que o Poder Executivo está muito abaixo do mercado, e por isso tem tanta dificulda-

de em atrair novos quadros. Para compensar, o Estado poderia oferecer outros atrativos. Penso que teremos de criar mecanismos para incentivar as pessoas a ingressarem no Estado, como a estabilidade no emprego, a possibilidade de o funcionário ter carreira e permanecer no Estado e outros benefícios indiretos.

■ **Mas o projeto de reforma da Previdência não vai de encontro a essa linha de raciocínio, ao colocar no mesmo patamar o servidor público e o trabalhador da iniciativa privada? O governo não está perdendo o grande atrativo do servidor público, que era a garantia de aposentadoria integral?**

Acho difícil, hoje, comentar isso. Concordo com vocês de que as alterações propostas geram uma redução desse grau de atratividade. Quando não se projetam garantias de aposentadoria, reduz-se um dos atrativos que o serviço público tem. Se de fato forem aprovadas as alterações propostas pelo governo, seja para os atuais, seja para os futuros servidores, é evidente que o Estado terá de pensar em outras formas de atraí-los. Se não for pelas garantias previdenciárias que ele oferece, há de ser por outros mecanismos. Cada vez mais, a iniciativa privada no Brasil vai crescer, e é bom que cresça. Bom até para o serviço público, pois esse crescimento gera receita e, em consequência, gera a possibilidade de ampliação e a melhoria das condições salariais do serviço público. Por isso, vamos ter de ser criativos para oferecer atrativos.

■ **Como é que o governo atual encara o crescimento e a perspectiva de evolução do servidor público dentro das respectivas carreiras, tendo em vista a questão do mérito e do desempenho?**

Não sou dos que defendem as gratificações de desempenho como cri-

tério para aferir mérito e incentivar o desempenho. Ao contrário. Acho que elas não surtem esse efeito; provocam, sim, um problema administrativo interno na quase totalidade dos órgãos. Principalmente as gratificações por desempenho que têm limites orçamentários. Hoje, estamos nos deparando com uma situação, como a do PCC (Plano de Carreiras e Cargos), em que você tem uma seção onde trabalham dois servidores ótimos e o chefe tem de avaliar e dizer que um não serve. Isso não é ganhar gratificação de desempenho, mas sim quebrar o incentivo para que as pessoas desempenhem suas funções com dignidade, com vontade. Esse tipo de mecanismo não serve. Penso que é por dentro das carreiras que se deve aferir e incentivar o desempenho e proporcionar condições salariais que, nesse caso, seriam incorporadas. As gratificações e o desempenho, da forma como foram concebidos, significam o que para um servidor no dia-a-dia? A impossibilidade de contar com aquele valor. Ele não pode fazer um financiamento de casa própria, de um veículo, ou despendar aquele recurso a longo



é por dentro das carreiras que se deve aferir e incentivar o desempenho e proporcionar condições salariais que, nesse caso, seriam incorporadas.

prazo, porque não sabe se no semestre que vem vai contar com aquele dinheiro. Isso é uma insegurança que não valoriza a função pública, pelo contrário, faz com que as pessoas se submetam a um determinado critério de atuação, que, muitas vezes, é o da chefia, e nem sempre é o do melhor desempenho. Insisto: tem de ser por dentro das carreiras. E mais: em determinados setores do funcionalismo público, em particular naqueles que fazem atendimento ao público, a aferição de desempenho precisa necessariamente envolver a sociedade. É preciso saber da sociedade se no atendimento no INSS o desempenho do órgão foi bom. E não perguntar ao chefe, até porque temos de avaliar também os chefes.

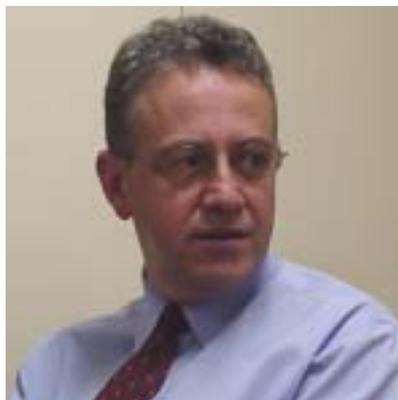
■ Como recuperar a dignidade salarial para carreiras do Estado que têm importância social, como, por exemplo, o policial, a enfermeira e os professores do 1º e do 2º grau, diante dessas dificuldades orçamentárias que o Estado brasileiro enfrenta?

Em primeiro lugar, cabe frisar que não utilizo apenas o mercado como parâmetro para avaliar se as bases salariais do funcionalismo estão corretas. Acho isso um erro. Vejam o caso dos servidores de nível auxiliar, que trabalham na administração pública: se compararmos as tabelas salariais deles, somados todos os ganhos, veremos que estão bem superiores aos valores médios do mercado. Isso se justifica, porque não podemos ter um *office-boy* que entra e fica dois, três, quatro meses, e depois vai embora. As pessoas que exercem essa mesma atividade aqui trabalham com documentos públicos, muitas vezes sigilosos, e por isso precisam ter um grau de cuidado e de formação.

Se a educação é uma prioridade, a base salarial dessas pessoas tem de ser uma prioridade. Por isso, no começo da entrevista, quando discutimos o conceito de carreira típica do Estado, fiz a ressalva de que admito o conceito, mas digo também que os funcionários que estão nas carreiras não-típicas de Estado precisam ter um tratamento especial. A maioria da população depende do serviço público para ter acesso à saúde e a educação. É preciso investir pesado nisso.

■ Como a administração Lula pretende enfrentar o problema da terceirização? Qual é a política de recursos humanos do Estado brasileiro em relação a essa questão?

Mais que uma política, mais que uma vontade de governo, é hoje uma ordem judicial. Houve um acordo,



“Espero que os servidores não fiquem na posição cômoda, adotada no passado, de não querer a regulamentação da greve.”

uma ação civil pública. Acordo em ação civil pública, homologada por juiz, deixa de ser uma vontade e passa a ser uma obrigação. Se não cumprirmos, temos de pagar uma multa diária. Pelo acordo, até julho de 2004, todas as atividades de caráter permanente que estejam de algum modo sendo exercidas por pessoas não-concursadas terão de ser substituídas por concurso público.

Em relação aos contratos internacionais, que foram biombos atrás dos quais se escondeu a imensa maioria das terceirizações na administração federal, o mesmo acordo obriga o governo – e o presidente da República assinou um decreto há um mês regulamentando isso – a identificar claramente cada um dos projetos. Projetos existem, e vão continuar existindo,

é evidente. A administração, em alguns momentos, pode desenvolver determinados projetos, de curta duração, e nesse caso não precisará contratar servidores em caráter permanente. Neste primeiro período, vamos adaptar esses projetos internacionais, definindo claramente o prazo de duração de cada um deles. E mesmo para esses casos de contratação temporária, será necessário um processo seletivo, nos moldes de um concurso público, só que simplificado. Antes não era assim, contratava-se quem se queria.

■ Sua crítica à multiplicação de carreiras no governo anterior e sua ênfase na necessidade de estabelecer um critério de carreira no serviço público, na questão da ascensão funcional, significa o quê? Um contínuo pode chegar a chefe, um auxiliar de serviços gerais pode chegar a diretor dentro de um processo de ascensão funcional?

A carreira tem de ser algo em que a pessoa, ao fazer concurso público, esteja em que grau de escolaridade

estiver, receba uma mensagem no momento em que toma posse. Estas são as condições para que você se desenvolva aqui dentro e chegue ao grau mais alto dessa instituição. As condições estão predefinidas. O funcionário não vai depender de vinculação a partido político, de ficar pendurado num determinado chefe ou procedimento escuso durante sua vida funcional. Acho que, se não for assim, não existe carreira. Como é que se pode pensar numa carreira no Banco Central se o funcionário de nível intermediário, para passar para nível superior, precisa disputar fora? Estamos falando de gente de 35, 40 anos de idade, que já deixou de estudar, que talvez tenha feito sua faculdade há dez anos e que vai disputar no mercado com o jovem que acabou de terminar a faculdade. Portanto, concorre em condições de desigualdade. E mais: para a administração pública, qual é o melhor? No meu ponto de vista, o melhor é aquele que já tem uma grande experiência acumulada no serviço público. Se tivéssemos essa possibilidade de escolha no Banco Central, qual seria a melhor solução? Aproveitar aqueles funcionários que já estão exercendo atividades de analista, ou escolher uma pessoa que está entrando agora, que terminou a faculdade, e precisará de um, dois, três anos para entender como funciona o Banco, ainda que seja um ótimo economista ou um ótimo administrador? Para a administração pública, não tenho dúvida de que o melhor seria aproveitar o servidor que já está na casa.

■ **Como evitar que um sujeito entre como gari e, devido a todo o seu conhecimento acadêmico, possa em seis meses tornar-se gerente de um setor qualquer do departamento de limpeza?**

Pela carreira. O acesso aos cargos de gerenciamento, por exemplo, precisará de precondições, como o grau de escolaridade, experiência no órgão e o exercício em funções anteriores. Isso ocorreu na Constituição de 1988. A justificativa para a mudança foi acabar com a possibilidade de ascensão funcional. Um médico, por exemplo, fazia concurso para copeiro porque era mais fácil passar. No dia seguinte, era admitido, e passava a

trabalhar como médico na administração pública. Essa era uma situação de um Brasil e de um Estado de 1987. Vivíamos em pleno regime militar. A realidade agora é outra. A sociedade não vai admitir mais isso, vai exigir e estabelecer mecanismos de controle. E a administração pública, hoje, tem todas as condições de criar esses mecanismos de controle.

■ **Diante do seu esclarecimento, me parece que vocês querem fazer uma revolução na estrutura de carreira do serviço público. Certamente, haverá dificuldades e resistências. Vocês se sentem suficientemente preparados, sob o ponto de vista político, para enfrentá-las?**

A dificuldade maior que temos é de ordem constitucional. Uma mudança que terá de ser feita no artigo 37 da Constituição. O governo, para isso, tem o instrumento do envio de proposta de emenda constitucional ao Congresso. Essa mudança, a meu ver, interessa, regra geral, ao funcionalismo. Terá, portanto, se adotada pelo governo federal, o apoio do funcionalismo e de suas entidades representativas. A sociedade quer um novo Estado. O Estado que fizemos até aqui é inoperante na imensa maioria das áreas, ineficaz. A sociedade quer essa mudança. Uma mudança que, para ser operada, exige uma nova postura do funcionalismo público. Precisamos quebrar esse círculo vicioso de que o servidor “ganha mal porque não trabalha, e não trabalha porque ganha mal”. Esta é uma visão que a sociedade tem do serviço público. Essa quebra se faz com valorização da função pública. E, para valorizá-la, não basta dar salário, nem melhorar a tabela salarial. O objetivo é exatamente dar valor à função pública pela via de carreira.

■ **Qual a postura do novo governo em relação ao exercício do direito de greve? Qual será sua relação com os entes de representação dos servidores?**

Esse é um debate que pode ir longe. Em primeiro lugar, devemos avançar na regulamentação do direito de greve. Não tenho dúvidas quanto a isso. A Constituição prevê o direito de greve, criou uma restrição, e o Supre-

mo entendeu que esta impunha uma norma para que o direito fosse exercido. Mas não estou entrando nesse mérito. Estou dizendo que existe um problema, quanto à questão da greve no serviço público, que na mesa central de negociações, a respeito dos direitos sindicais, por certo vamos enfrentar. Vamos estabelecer de que modo a regulamentação da greve pode ser feita. Regulamentação não significa restrição, mas sim regulamentar para que o direito seja exercido.

Porém, existe um outro aspecto, mais conceitual. Greve, conceitualmente falando, significa paralisação da atividade, e na iniciativa privada ela resulta no não-pagamento dos dias parados, o que não é considerado punição. No fim da greve é que se negocia também a indenização daqueles dias e a reposição de tempo, em contrapartida ao pagamento.

■ **E a perda da função comissionada por motivo de greve? Se, ao exercer o direito de greve, perde-se a função, significa que a função comissionada é um cargo de cabresto da chefia. No serviço público, é evidente que o preenchimento de funções comissionadas tem de se basear na qualificação, na competência e na concorrência para isso, e é muito mais um prêmio nessa direção do que na relação de confiança.**

Volto a dizer que há um conceito de fundo a ser discutido. Acho que todos esses aspectos devem ser discutidos em conjunto, quando do debate acerca da regulamentação da greve. As normas vigentes, concordemos ou não com elas, definem os cargos em comissão como cargos de confiança. Por mais que eu concorde com você, devemos mais e mais fazer com que esses cargos sejam de gerenciamento, vinculados às carreiras.

■ **Temos agora um caso concreto de greve: a paralisação do funcionalismo público contra a reforma da Previdência.**

O governo, até agora, não baixou nenhuma orientação, não sei como vai operar essa questão em particular. O que sei é que precisamos fazer um debate conceitual,

mais amplo, e é preferível fazê-lo quando a greve acabar. Vai ser mais fácil debater a questão da greve e seus desdobramentos depois. Espero que a mesa de negociações sobre direitos sindicais se debruce sobre isso. Mas espero também que os servidores não fiquem na posição cômoda, adotada no passado, de não querer a regulamentação da greve, e querer simplesmente o que está na Constituição, que, segundo já disse o Supremo, é insuficiente.

■ **Uma mensagem do secretário de Recursos Humanos ao servidor público do Brasil.**

Que acreditem que é possível mudar o serviço público, é possível valorizar a função pública. E que todos estes objetivos que foram aqui mencionados são metas que o governo tem convicção, interesse, vontade política de cumprir. E cumprirá. Mas, para isso, ele vai depender também do apoio dos servidores no debate dessas questões. A carreira, por exemplo, é um debate que vai exigir seminários a serem realizados pelo País afora e o envolvimento dos servidores. Não basta simplesmente decretar uma carreira, é preciso que o servidor tenha participado da elaboração dela, para que se sinta a par daquilo que foi construído e compartilhe das obrigações e direitos nela inseridos. Estamos com uma grande oportunidade de mudar porque, em que pesem as questões da Previdência, o governo tem uma posição muito clara no sentido de valorizar a função pública. Temos certeza absoluta de que, se não contarmos com os servidores na mudança do Estado brasileiro, não vamos cumprir as metas que o presidente da República utilizou para sua eleição. É preciso mostrar claramente que a política de valorização do servidor será uma realidade.

A inocuidade da taxa básica de juros no Brasil

A taxa básica de juros Selic deveria servir de parâmetro para as taxas praticadas nas operações ativas pelos bancos comerciais junto a seus clientes, pessoas físicas e jurídicas. Entretanto, dada a concentração do sistema bancário no Brasil, ainda mais significativa nos últimos anos da década de 90 e começo da década de 2000, observa-se a prática de juros abusivos, ocorrendo um *spread* em relação à Selic não justificado pelos custos administrativos, cunha fiscal ou, o mais absurdo de todos os argumentos, a inadimplência. A única justificativa para a diferença entre a taxa básica e as taxas de operações de crédito dos bancos comerciais é a falta de concorrência, sendo evidente a predominância das dez maiores instituições, observando-se a existência de um oligopólio no mercado bancário brasileiro.

Dessa forma, o Banco Central do Brasil, como entidade responsável pela condução da política monetária e fiscalização do sistema financeiro nacional, deveria coibir os exageros do oligopólio e defender os consumidores do sistema bancário, atuando de maneira firme e eficiente como autoridade supervisora das instituições financeiras, tarefa que lhe compete constitucionalmente e da qual vem, sistematicamente, se omitindo, em nome de uma liberdade de mercado não condizente com a estrutura oligopolística do setor bancário comercial brasileiro.

Em termos de política monetária, o Estado brasileiro encontra-se refém de um sofisma que afirma serem as pressões de demanda causadoras da inércia inflacionária, justificando-se assim a manutenção da Selic em altos patamares. Ocorre que os

principais fatores de pressão sobre os índices da inflação se deram pelo lado da oferta, quando do aumento especulativo sobre a cotação do dólar e mais recentemente pelos aumentos nas tarifas públicas e preços administrados atrelados a índices de inflação. Portanto, os mecanismos de combate deveriam ter sido: I) intervenções mais firmes no mercado cambial; e II) revisão dos contratos com as concessionárias de serviços públicos atrelados a índices de preços, buscando a desindexação desses itens fundamentais para o controle da inflação e término da inércia inflacionária.

A taxa básica de juros vem sendo utilizada como teto para a remuneração dos depósitos bancários aceitos pelos bancos, e não como referência para os empréstimos concedidos. Por isso, torna-se inócua como parâmetro do mercado de crédito. Além disso, ao manter-se elevada, sinaliza para a própria incapacidade do governo federal de sustentá-la por muito mais tempo, uma vez que se transforma em fator de realimentação exponencial da dívida pública.

A Selic não deveria ser chamada de taxa básica de juros, e sim de taxa espúria de remuneração do oligopólio bancário brasileiro, que vem recebendo uma enorme transferência de renda do setor produtivo, como chamou a atenção em discurso recente na Bahia o vice-presidente, José Alencar.

(*) Gerente do Departamento de Estudos e Pesquisas (DEPEP) do Banco Central em Fortaleza

Ampliação do crédito popular ou “bancarização dos pobres”?

GOVERNO LANÇA PACOTE DE ESTÍMULO AO MICROCRÉDITO E AO CRÉDITO COOPERATIVO, MAS ENFRENTA CRÍTICAS E A FALTA DE ESTRUTURA DE FISCALIZAÇÃO DO BANCO CENTRAL

No dia 25 de junho passado, com o anúncio de um pacote de medidas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu o primeiro passo para cumprir duas nobres promessas de campanha: ampliar a oferta de crédito à população de baixa renda e aos chamados microempreendedores e estimular o cooperativismo de crédito no País. Mas para não tropeçar logo no primeiro passo, o governo Lula precisa superar dois entraves: a precária estrutura de fiscalização do Banco Central e o ceticismo das operadoras de microcrédito sem fins lucrativos – estas, reunidas na Associação Brasileira de Operadores e Gestores de Programas e Instituições de Microcrédito (ABCRED), consideraram-se aliadas do pacote.

“Normatizar é até fácil, fiscalizar é que são elas”, resume uma fonte ligada à direção do Banco Central. Segundo ela, o BC não possui hoje

quadros suficientes – do ponto de vista quantitativo – nem preparados – em uma visão qualitativa – para fiscalizar as cooperativas de crédito de forma adequada. “O Banco Central tem dificuldades para atrair e contratar pessoal qualificado na área de fiscalização, essa é a realidade. Diante disso, aposta na auto-regulação das cooperativas de crédito e vai ter que contar com a colaboração precisa das cooperativas centrais na fiscalização”, diz a fonte. Nunca é demais lembrar que, com a chamada reestruturação de 1999, muitas regionais do BC deixaram de contar com equipes de fiscalização – como Salvador e Belém, apenas para citar dois casos abordados em matérias de **Por Sinal**.

Um outro sinal preocupante veio da ABCRED, entidade que congrega 46 instituições – entre ONGs, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), programas municipais e estaduais – de 19 estados brasileiros. A associação sustenta que o governo Lula, ao baixar o pacote de 25 de junho, ignorou toda a experiência acumulada nos últimos 20 anos pelas operadoras de micro-

crédito sem fins lucrativos. “A proposta do governo beneficia o setor privado e institucionaliza nos bancos oficiais, como a Caixa e o Banco do Brasil, as exigências e amarras burocráticas do sistema financeiro formal para a concessão de créditos. Precisamos é de uma política de fomento e de desenvolvimento do empreendedorismo. E isso, o governo não fez”, assinala Alzira Medeiros, diretora do Banco do Povo de Recife, uma das 46 instituições filiadas à ABCRED. O banco é um programa do governo municipal – petista – da capital pernambucana.

Em nota oficial assinada pelo presidente José Caetano Lavorato Alves, a ABCRED critica as autoridades federais responsáveis pelo pacote: “Confundem claramente microcrédito com o que tem sido chamado de ‘bancarização dos pobres’, que se trata de dar às populações excluídas o direito de ter conta em banco, de usar cheque, de fazer poupança, de usufruir, pois, de direitos básicos de todo cidadão. Contudo, bastante diversa

é a questão do microcrédito. No mundo inteiro, as populações mais pobres, constituídas em sua grande maioria de trabalhadores informais e micro e pequenos empreendedores populares, só foram alcançadas por instituições que trabalham fora do sistema financeiro tradicional. São as instituições que, por metodologia própria, conseguiram alcançar esse público. Isto é, conceitualmente, o microcrédito: crédito produtivo assistido, com diferentes formas de apoio e assessoria de gestão.”

A PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

A ABCRED teve a oportunidade de expor suas divergências em relação às propostas do governo Lula para o setor em um encontro no Palácio do Planalto no dia 10 de abril – ou seja, mais de dois meses antes do anúncio do pacote. Na ocasião, dirigentes da entidade foram recebidos por Lula, pelos ministros do Trabalho, da Agricultura e do Desenvolvimento,

por um funcionário do Ministério da Fazenda e ainda pelo presidente do BNDES. No encontro, a ABCRED entregou ao presidente Lula o Programa Nacional de Financiamento da Economia Popular, com propostas para o setor, e sugeriu a formação de um grupo de trabalho para discutir o assunto e encaminhar sugestões. “A despeito, contudo, da atenção inicial, a falta de encaminhamentos concretos acabou legando a experiência objetiva acumulada pelas instituições representadas na ABCRED ao esquecimento”, lembra Lavorato Alves. A sugestão de formar um grupo de trabalho agora é uma reivindicação da entidade.

As operadoras reunidas na ABCRED entendem que seu papel na extensão do crédito produtivo para os empreendedores populares dificilmente poderá ser coberto pelas instituições financeiras tradicionais. “O setor representado pela ABCRED consiste em um universo amplo e diversificado de experiências, que respeita as necessidades dos empreende-

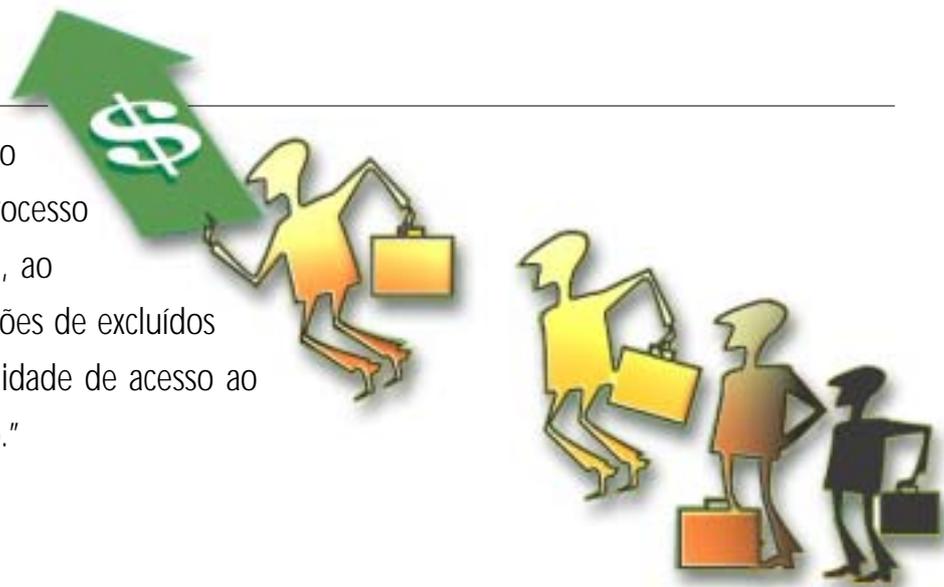
“A proposta do governo beneficia o setor privado e institucionaliza nos bancos oficiais as exigências burocráticas do sistema financeiro para a concessão de créditos. Precisamos de uma política de fomento do empreendedorismo, e isso o governo não fez.”

ALZIRA MEDEIROS
Diretora do Banco do Povo de Recife



"O que o governo está fazendo significa um revolucionário processo de inclusão social e cidadania, ao oferecer para mais de 25 milhões de excluídos do serviço bancário a oportunidade de acesso ao serviço financeiro e ao crédito."

JORGE MATTOSO,
Presidente da Caixa Econômica Federal



dores populares em suas realidades locais, nas favelas urbanas e comunidades rurais onde nenhum outro agente financeiro está presente, bem como respeita a natureza e a capacidade de cada organização operadora de crédito. Porém, estas têm em comum a concessão de um crédito ágil, fácil e acessível a todos. Seus fundos são, em geral, doações ou empréstimos de entidades internacionais, de dotações orçamentárias ou de fundos públicos de estados e municípios, repasses do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) por via do Programa Crédito Produtivo Popular do BNDES e, por fim, recursos próprios obtidos junto às comunidades", afirma o presidente da ABCRED.

De acordo com uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), os segmentos representados pela ABCRED já realizaram mais de 120 mil operações de crédito, colocando no mercado algo em torno de R\$ 360 milhões. Segundo a entidade, essas operações contribuíram

para a manutenção e geração de mais de 300 mil postos de trabalho diretos nos últimos anos. Além do já citado Banco do Povo de Recife, integram a ABCRED instituições como o Portosol (Porto Alegre), o Banco de Microcrédito do Paraná, o Banco da Providência (Rio de Janeiro), a Fundação Municipal do Trabalho (Aracaju), o Banco Popular de Olinda (PE), a Agência de Fomento do Amapá, o Banco do Povo de Goiânia e o São Paulo Confia (São Paulo).

Para Franklin Dias Coelho, professor de Economia da Universidade Federal Fluminense e especialista em microcrédito, as operadoras reunidas na ABCRED têm razão nas críticas. "Embora eu considere positivo o projeto do governo, já que, por exemplo, sinaliza para a sociedade que esse crédito terá juros menores que os do mercado, é de se lamentar que toda a experiência acumulada pelos operadores de microcrédito desde o início da década de 90 não tenha sido incorporada à dis-

cussão", avalia Franklin. O economista acha que os bancos tradicionais têm grande dificuldade para lidar com microcrédito: "Foi por isso que cresceram as operadoras de microcrédito. Os bancos não têm *know-how* para acompanhar projetos de crédito popular. Para estruturar o Crediamigo, o Banco do Nordeste passou anos se preparando internamente, formando parcerias com prefeituras, treinando recursos humanos, fazendo reengenharia de processos. As operadoras já fazem isso há mais de uma década, por que não considerar essa experiência?"

CAIXA REBATE CRÍTICAS

Para o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, o governo está de fato empenhado em ampliar a oferta de crédito, e não apenas proporcionando a chamada "bancarização dos pobres". "O que o governo está fazendo significa um revolucionário processo de inclusão social e cidadania, ao oferecer para

mais de 25 milhões de excluídos do serviço bancário a oportunidade de acesso ao serviço financeiro e ao crédito”, defende Mattoso.

Paralelamente ao anúncio do pacote do governo federal, a Caixa divulgou um cardápio de serviços que, segundo o seu presidente, mostram que a instituição se preparou e está pronta para operar com crédito para a população de baixa renda. Os recursos a serem liberados pela Caixa virão do FAT e da própria instituição (no mínimo 2% dos depósitos à vista). A linha de atuação da Caixa deverá se pautar no processo de bancarização iniciado em maio pas-

sado, com o lançamento da Conta Caixa Aqui, de perfil popular. É sobretudo através dessa conta que a Caixa vai operar com empréstimos de pequena monta.

Em agosto, a instituição pretende oferecer aos clientes da Conta Caixa Aqui o Crédito Rotativo Simplificado, um crédito de R\$ 200, renovável a cada quatro meses, a juros de 2% ao mês, sem burocracia e sem destinação específica – ou seja, não será exigido do cliente um plano de investimentos. Para ter acesso ao empréstimo, o cliente deverá ter três meses de movimentação na conta. A Caixa avalia que,

até o fim de 2003, pelo menos 500 mil pessoas possam ter acesso a essa linha de pequenos empréstimos. Desde o seu lançamento, a Conta Caixa Aqui já registrou 200 mil clientes. Além dos correntistas dessa conta, também os da Poupança, com saldo de até R\$ 100, poderão ter acesso ao crédito. Em ambos os casos, não será feita análise de renda para concessão do empréstimo: a única restrição será a de análise cadastral na Serasa (Centralização de Serviços dos Bancos S/A).

A expectativa da Caixa é que o Crédito Rotativo Simplificado alcance 2,3 milhões de pessoas. Para

As medidas anunciadas pelo governo

1. Os bancos terão de usar 2% de seus depósitos à vista para emprestar à população de baixa renda. Caso esse dinheiro não seja destinado ao microcrédito, os bancos terão de depositá-lo no Banco Central sob a forma de compulsório, sem remuneração. Os valores dos empréstimos vão variar de R\$ 200 a R\$ 600, com juros máximos de 2% ao mês.

2. Contas correntes de até R\$ 1 mil poderão ser abertas nos bancos apenas com a carteira de identidade e o CPF. Movimentadas por meio de cartão magnético, essas contas terão isenção de tarifas em até 12 operações mensais: quatro saques, quatro depósitos e quatro extratos.

3. Será instalado, em 2004, o Banco Popular do Brasil, um braço do Banco do Brasil para operar com microcrédito e contas correntes. Ainda este ano, o governo promete iniciar projetos-piloto. O Banco Popular do Brasil pretende operar com auxílio de correspondentes bancários em muitas cidades.

4. O governo enviou ao Congresso um projeto de lei propondo que as sociedades de crédito ao microempreendedor e as OSCIPs voltadas ao microcrédito possam usar os juizados de pequenas causas para cobrar dívidas, reduzindo assim os custos da cobrança.

5. Novas cooperativas de crédito poderão ser abertas com livre admissão de associados em municípios de até 100 mil habitantes, para captação e empréstimo de dinheiro. Antes, as cooperativas tinham de ser formadas por segmento, como categoria profissional.

6. Em cidades de até 750 mil habitantes, o governo permitiu que as cooperativas já existentes possam se transformar em entidades abertas.

isso, a instituição está ampliando sua rede de serviços em todo o País. Atualmente com 1.800 agências e 12 mil estabelecimentos de atendimento (entre casas lotéricas e correspondentes bancários), a Caixa garante ser o único banco presente em todos os 5.561 municípios brasileiros. Até 2006, pretende instalar mais 12 mil correspondentes bancárias, como farmácias, supermercados e padarias. Embora vá ter sua própria carteira de crédito para a população de baixa renda, a instituição quer manter parcerias com instituições de microfinanças – ONGs, OSCIPs e sociedades de crédito ao microempreendedor – para concessão de microcrédito.

ESTUDO DO BC FOI BASE PARA O PACOTE

As medidas anunciadas pelo governo no dia 25 de junho começaram a tomar forma final a partir do estudo *Democratização do Crédito no Brasil*, publicado em fevereiro deste ano pelo Banco Central. Elaborado pelo diretor de Normas do BC, Sergio Darcy, e pelo consultor do Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco, Marden Marques Soares, o trabalho traça um painel das microfinanças no País. “A posse do governo Lula criou um ambiente mais favorável no BC para desenvolver ações de estímulo ao microcrédito e à formação de novas cooperativas”, avalia Marden.

Logo em sua parte inicial, o es-



“A posse do governo Lula criou um ambiente mais favorável no BC para desenvolver ações de estímulo à formação de novas cooperativas.”

MARDEN MARQUES SOARES,
Consultor do Banco Central

tudo fala do cenário favorável para o microcrédito no País. “Estima-se que existam, no Brasil, quase 14 milhões de pequenas unidades produtivas, potenciais demandantes de microcrédito, a grande maioria delas formada por trabalhadores por conta própria, dos quais deduz-se haver algo como 6 milhões de potenciais clientes exercendo demanda efetiva no montante aproximado de R\$ 11 bilhões, cifra que, embora elevada, equivale apenas a 1% do PIB do Brasil.”

Ainda segundo o estudo, desde dezembro de 2002 não existem mais municípios desassistidos de serviços bancários no País. Em dezembro de 2001, 1.444 municípios não tinham qualquer oferta de serviço bancário. De

acordo com Marden Marques Soares, foi decisiva para essa mudança a extensão dos chamados correspondentes bancários, como as casas lotéricas, em parceria com a Caixa, e as agências de correio, em associação com o Bradesco.

Apesar dessa expansão da base de serviços bancários, uma fonte do Banco Central avalia que só em 2004 o programa de estímulo lançado pelo governo comece a mostrar resultados. Até lá, os bancos precisarão passar por processos internos de reorganização e de treinamento de pessoal. O BC estima que o percentual de 2% sobre os depósitos à vista dos bancos – fatia a ser canalizada para a concessão de empréstimos populares, segundo o pacote do governo – representará uma injeção de R\$ 1,3 bilhão no mercado de crédito.

O PAPEL DA COOPERATIVA

As cooperativas centrais de crédito vão ter um papel fundamental no novo cenário do microcrédito no Brasil. O pacote do governo fortaleceu essa posição, determinando que as novas cooperativas têm necessariamente de ser ligadas a uma central. Além disso, com a precária estrutura de fiscalização do Banco Central, as centrais passam a ter a função de resguardar o sistema de fraudes ou abusos. “Os normativos impõem estudos da capacidade de pagamento, profissionais adequados, uma central por trás. Tudo isso é altamente positivo. Não acredi-

to que vá haver um *boom*, com cooperativas sendo abertas de manhã, de tarde e de noite. As que surgirem chegarão com segurança. Não fossem as restrições impostas pela norma e um grupo de espertos poderia criar uma cooperativa, atrair pessoas e depois dar o golpe”, diz Alcenor Pagnussatt, presidente do Sicredi Serviços, central que reúne 130 cooperativas nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Santa Catarina. São 600 mil associados.

Para Alcenor, o BC foi inteligente ao “normatizar a realidade”. “Sempre foi assim, fomos avançando e o BC veio atrás regulamentando o que já estava sendo praticado por nós. Quer um exemplo? Os postos de atendimento que o BC autorizou em 1994, nós já tínhamos desde 1990. Falo isso de forma positiva, porque o BC teve sempre a sensibilidade de perceber o que estava sendo feito por nós”, lembra Alcenor. Para ele, a livre associação se encaixa nesse perfil: “Essa era uma velha reivindicação nossa, lutávamos por isso desde o início da década de 80. Era um entrave. Você está na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo. Dá para fazer cooperativa de jornalistas, de comerciantes, de médicos, de advogados. Mas se for para uma cidade pequena do interior fluminense não dá para fazer nenhuma dessas cooperativas. E é justamente nesse local que não tem agência de banco. Nessas cidades não se podia ter cooperativa porque elas só poderiam ser segmentadas. Eram cida-



“A livre associação era uma velha reivindicação do Sicredi. Lutávamos por isso desde o início da década de 80.”

ALCENOR PAGNUSSATT
Presidente da Sicredi Serviços

des condenadas ao isolamento.”

Alcenor prevê crescimento nas atividades do Sicredi. “Todas as nossas cooperativas têm condições de se transformarem em cooperativas abertas porque ou estão localizadas em cidades com menos de 100 mil habitantes ou já têm patrimônios superiores a R\$ 3 milhões ou R\$ 6 milhões, dependendo do caso, como prevê a norma. Temos 780 pontos de atendimento em 750 diferentes municípios. Nosso sistema tem uma média de crescimento entre 40% e 50% ao ano em volume de recursos administrados. Nossa meta é que nos estados onde temos presença mais forte – Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – haja um ponto de atendimento do Sicredi

em cada município”, planeja ele.

Os planos de crescimento também fazem parte do horizonte vislumbrado por Marco Aurélio Almada, superintendente da Confederação das Cooperativas de Crédito e do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob). “Dá para prever um crescimento entre 5% e 7% para as cooperativas de crédito nos próximos cinco anos. À medida que o País estende iniciativas de desenvolvimento local sustentável, o cooperativismo de crédito assume papel cada vez mais importante. As decisões, no nosso caso, são locais. Não é como um banco, que tem agência em muitas cidades, mas as decisões são sempre tomadas na Avenida Paulista”, compara Almada.

Para o superintendente do Sicoob, nos estados das regiões Sul e Sudeste vai haver uma resposta mais rápida ao pacote lançado pelo governo. “São regiões onde as centrais são mais fortes. No Norte e no Nordeste, a resposta será mais lenta, e precisaremos de parceiros como o Sebrae, por exemplo, para ampliar o conhecimento da sociedade sobre o cooperativismo de crédito”, diz ele. Almada estima que o Sicoob, hoje formado por 753 cooperativas singulares agrupadas em 15 centrais, salte dos atuais 972 mil associados para cerca de 5 milhões nos próximos cinco anos. “Nosso total de empréstimos, que chegou a R\$ 2,3 bilhões em dezembro de 2002, deve alcançar nos próximos cinco anos algo em torno de R\$ 10,6 bilhões.”

Reforma tributária : por que e para quem ?

Tema aparentemente árido e considerado de “difícil acesso” aos cidadãos comuns, a reforma tributária (PEC 41/03) está nas sombras, ofuscada pela reforma da Previdência (PEC 40/03). E, infelizmente, as mobilizações sobre estas duas questões não são equivalentes.

Como explicar que um tema que trata das normas de financiamento do Estado, da formação da renda pública e do combate às desigualdades em todos os níveis não tenha sido tratado previamente à reforma da Previdência?

As propostas de alteração no sistema tributário do País não vêm precedidas de sólido diagnóstico da situação atual. Não existem diagnósticos precisos sobre a natureza e a desigualdade dos impostos e contribuições instituídas, de sua repercussão no orçamento dos cidadãos, da situação da administração tributária e dos níveis de sonegação em cada imposto. Falta ainda aferir a fragilidade do Estado no combate aos crimes fiscais e tributários, rastrear os maus exemplos representados pelos REFIs e saber qual a situação e a natureza dos gastos e dívidas públicas.

A PEC 41/03 não é precedida do necessário debate acerca da reforma do Estado, diretrizes que deveriam pautar a mudança das atuais normas tributárias, de arrecadação e gestão das finanças públicas. O que define as reformas é o Estado que queremos! A ordem das coisas foi invertida. Discute-se a reforma tributária como se fosse algo em si mesmo.

Falam alguns que a reforma tributária é neutra, como se houvesse neutralidade na definição de impostos sobre renda, patrimônio e consumo. As elites há tempos vêm pautando os gastos públicos no País, fazem coro e repetem diariamente seus bordões. Atacam a elevada carga tributária em relação ao PIB, mas não explicam que nos últimos anos esse aumento veio casado com o crescimento da dívida pública, a necessidade de seu pa-

gamento e a rolagem no orçamento da União.

Os mesmos pedem menos impostos em nome da competitividade e da desoneração da produção, mas não explicam como o Estado vai cumprir suas obrigações constitucionais. Como financiará a saúde, a educação, a habitação, a segurança e a infra-estrutura sem arrecadar. Querem a continuidade dos benefícios vigentes na atual guerra fiscal, mas não apresentam um único relatório, uma única auditoria que possa medir a qualidade desses programas e sua efetiva importância social na geração de empregos, elevação da renda regional e aumento da receita dos Estados.

Falam até em desvinculação de receitas – mecanismo que representa a lei dos mais fracos –, sem o qual jamais teríamos chegado aos atuais níveis determinados para a saúde e a educação, mesmo com patamares de atendimento e qualidade longe do necessário à superação das desigualdades no País.

Alguns já se identificam com emendas à PEC 41/03 que, se aprovadas, impedirão a progressividade do Imposto Territorial Rural (ITR), a efetivação do imposto sobre transmissão causa mortis (herança), o imposto sobre grandes fortunas e a taxação dos investimentos financeiros especulativos. Esta, sob o argumento de que isso traria aumento da “cunha fiscal” e, conseqüentemente, a elevação dos *spreads* bancários.

Será que os impostos pesam apenas na formação dos preços do dinheiro-mercadoria que se empresta e se vende nas instituições financeiras do País? Ou o sistema financeiro navega na economia fazendo de seus interesses verdades absolutas?

O debate na esfera do principal imposto brasileiro e das receitas estaduais – o ICMS – parece não avançar na direção de um federalismo fiscal equilibrado. As unidades da federação mais industrializadas, que abastecem o

resto do País, não aceitam levar ao destino a arrecadação do ICMS nas operações interestaduais. Nem mesmo como princípio inscrito nas disposições transitórias a ser regulamentado em tempo e condições de transição em lei complementar mais adiante. Sem isso, teremos mais da metade do País consumindo da outra parte, transferindo renda tributária através das alíquotas internas, sem perspectiva de equilíbrio a médio e longo prazos.

A reforma tributária está manca, pulando num pé só, restrita ao universo constitucional, mas poderá deixar abertas as trilhas da mudança da legislação posterior afirmando o modelo tributário e fiscal que queremos.

São urgentes as mudanças no cadastro mercantil das empresas – chega de sócios laranjas e diretores fantasmas – e na Lei de Execuções Fiscais. São vitais a construção de legislação para os crimes fiscais e tributários – não basta recuperar créditos via parcelamento – e a revisão do contencioso administrativo-tributário nos três níveis de governo.

Precisamos avançar na profissionalização e integração da administração tributária nos três níveis. Protegê-la contra a Desvinculação das Receitas da União (DRU) e eventuais contingenciamentos de gastos – seja nas diretrizes, seja nas respectivas leis orçamentárias anuais – para cumprir as metas de ajustes fiscais.

Num País de desigualdades de renda e escolaridade brutais, com indicadores sociais precaríssimos, embora com um PIB estimado em torno de R\$ 1 trilhão, uma reforma tributária não pode ser mera maquiagem, mas sinalizar para a efetiva mudança no modelo de financiamento e endividamento do Estado e para a parte que caberá a cada segmento, cidadão e agente econômico para a construção de uma nova sociedade, com justiça e cidadania.



(*) Deputado federal, PT/PE

De costas para a Amazônia



No momento em que o governo federal lança um pacote de medidas de estímulo às cooperativas e ao microcrédito, atividades em franca expansão na economia da Amazônia, a representação do Banco Central em Belém, que cobre toda a região, parece estar em outro país, bem longe do Brasil. Com sua estrutura alquebrada pela reforma de 1999, a regional paraense não está preparada para dar suporte às cooperativas de crédito já em funcionamento ou que venham a ser criadas nos seis estados da região, e nem para fiscalizar as futuras operações de microcrédito dos bancos. "A economia amazônica tem

um de seus pilares baseado no extrativismo e na agricultura, com grandes chances de crescer com o incremento do cooperativismo e do microcrédito. Parece que o Banco Central desconhece essa realidade. No lugar de fortalecer sua atuação na região, enfraqueceu-a depois do desmonte de 1999. Do jeito que está hoje estruturado, o BC não participa do desenvolvimento econômico da Amazônia nem cumpre seu papel institucional", afirma Valdecir Palhares, presidente da Central das Cooperativas de Crédito da Amazônia (Sicoob Amazônia).

Segundo Palhares, há hoje na região 87 cooperativas de crédito, sendo 22 delas integrantes do Sicoob Amazônia. Com as medidas de estímulo para o setor, anunciadas no dia 25 de junho pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a tendência é que esse número cresça significativamente até o fim do ano. "Antes da fundação de nossa central, em 1992, fizemos dois seminários na então delegacia regional do BC, recebemos do Banco todo o apoio e estímulo. Hoje, é o contrário: estamos órfãos. É uma

repartição burocrática, sem ação. É esse o BC que vai fiscalizar as operações de microcrédito e o funcionamento das cooperativas? Sinceramente, o que se fez aqui com o banco foi um desrespeito aos profissionais da instituição, que são muito qualificados, e sobretudo à população. Estamos desassistidos”, diz Palhares, que preside a central desde 1992.

UMA REFORMA SEM CRITÉRIO

Não era preciso ter bola de cristal para prever o futuro da representação regional do Banco Central em Belém, quando a então delegacia responsável por toda a região amazônica foi desmantelada pela reestruturação de 1999. A consequência seria desastrosa. “Atualmente, quando vejo chefes de unidades e diretores assinando portarias de substituição de funções comissionadas, responsáveis por expediente e outras simples tarefas burocráticas, fico em dúvida se é muito tempo livre ou inteligência mal aproveitada. Temos um capital humano que poderia estar empregado em atividades realmente estratégicas. É um triste retrato da excessiva centralização trazida pela reestruturação”, diagnostica Jorge Luiz de Melo Borges, da Secretaria de Relações Institucionais do BC em Belém.

Em 1999, Jorge era assessor de gabinete da delegacia e acompanhou de perto o desmonte. “À época, a regional de Porto Alegre coordenava um programa de indicadores de desempenho em que era possível me-

dir e comparar a performance de todas as regionais. Um instrumento de gestão muito eficaz, que infelizmente não contou com a parceria das unidades centrais para aperfeiçoá-lo, nem foi levado em consideração na reestruturação. A base científica para a reforma foi tão somente a opinião dos diretores e chefes de unidades centrais. Nas justificativas para a adoção das medidas não havia números, simulações, comparações ou metas. Nada que indicasse um mínimo de análise para a escolha da melhor alternativa. Isso inviabilizou as avaliações periódicas prometidas, pois não se tinha o que comparar. Havia, sim, uma surda queda-de-braço entre os chefes de unidades centrais e delegados regionais pelo poder, principalmente, de comissionar e descomissionar. A sensação que tenho é que os chefes de unidades centrais ganharam a luta, mas destroçaram o BC nos macroprocessos em que a regionalização era vital”, recorda o funcionário do Banco Central em Belém.

Jorge avalia que a direção do Banco poderia reunir argumentos para justificar a reestruturação de 1999, mas sustenta que tais argumentos nunca vieram à tona e que a reforma foi feita sem critérios técnicos: “No caso da nossa regional, por exemplo, havia algumas atividades cujo volume realmente não era significativo, como as do Deban, que cuidava, entre outras coisas, de compulsórios e controle de reservas bancárias. Mas outras eram muito dinâmi-

“Estamos órfãos. O Banco Central aqui é uma repartição burocrática, sem ação. É esse o Banco que vai fiscalizar as operações de microcrédito e o funcionamento das cooperativas da região?”

VALDECIR PALHARES
Presidente da Sicoob Amazônia

cas, como a área cambial, sobretudo por causa da Zona Franca de Manaus e das exportações de minério e de produtos da agroindústria pelo Porto de Belém. Ambas foram extintas, o que mostra que não houve critério. No caso das cooperativas e do microcrédito, agora estimulados por uma política de governo, estamos de braços atados. Não temos mais o Deorf, que cuidava das autorizações para funcionamento de cooperativas, e nem a área de fiscalização, que tratava, entre outras funções, do combate à lavagem de dinheiro.”

Ver a regional do BC na contramão da história é particularmente doloroso para Eduardo Sérgio Holanda Araújo, ex-delegado em Belém. “Quando fui designado para o cargo, em abril de 1995, depois de uma carreira de 20 anos no BC, encarei como um desafio. A delegacia abrangia 43% do território nacional e uma população de aproximadamente 2 milhões de pessoas, completamente desassistidas por dependências bancárias, fato agravado pelas grandes distâncias e a dificuldade de acesso dos habitantes do interior às cidades maiores. Cheguei a pensar que a reestruturação de 1999 pudesse propiciar uma real modernização organizacional no BC, com uma produtiva discussão de um modelo de gestão que contemplasse agilidade e flexibilidade para respostas tempestivas à sua clientela. Lamentavelmente, privilegiou-se a centralização”, avalia Araújo, hoje funcionário da Secretaria de Relações Institucionais

do BC em Belém.

O ex-delegado regional foi indicado para um cargo de diretor do Banco da Amazônia em dezembro de 1999, pouco depois do desmonte, e só voltou à representação do BC no Pará em maio deste ano. Em seu retorno, encontrou uma repartição bem distante do dinamismo que experimentou entre 1995 e 1999: “O desmonte nos levou ao imobilismo. Acho que o governo precisa atualmente ter um BC forte na Amazônia. Não me parece sem motivo o fato de jamais ter sido divulgado um único documento trazendo uma prestação de contas, tanto interna como externamente, das modificações implementadas em 1999 e dos resultados obtidos, com custo comparado. O desmonte foi um erro que deve ser reparado o mais rápido possível.”

NO CAMINHO DA ILEGALIDADE

É isso o que esperam os dirigentes de cooperativas da região, já antevendo um *boom* no setor nos próximos meses. “A nossa cooperativa começou a operar em janeiro de 1995, já é uma das maiores do Pará, e certamente vai crescer muito até o fim de 2003. Vamos ter nos próximos meses a adesão dos procuradores do Estado e dos defensores públicos. Temos hoje 1.800 associados e um patrimônio líquido de R\$ 6,6 milhões. As medidas anunciadas pelo presidente Lula vão deslançar as cooperativas de crédito e o Banco Central tem de estar presente nesse

momento para ajudar no desenvolvimento econômico da Amazônia”, defende José Mello da Rocha, presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e do Poder Judiciário do Estado do Pará (COIMPPA).

José Mello da Rocha é porta-voz de uma queixa unânime entre os dirigentes de cooperativas na Amazônia: o fim da delegacia regional do BC em Belém criou dificuldades de operação para cooperativas, aumentou distâncias e custos. “Temos assuntos que só podem ser resolvidos em Recife, outros que só são tratados em Belo Horizonte. E nós estamos no Pará! Tem idéia dos custos de dinheiro e tempo para uma cooperativa fazer esses deslocamentos? Isso sem falar na burocracia que emperra nossa administração. No início de 2003, por exemplo, venceu o mandato de um de nossos diretores, o BC não se posicionou em relação ao novo diretor eleito, e ele não pôde ser empossado. É uma situação esdrúxula, que nos coloca involuntariamente na ilegalidade”, denuncia o presidente da COIMPPA.

Valdecir Palhares engrossa o coro de reclamações: “Até 1999, as atas de eleição para conselhos fiscais ou de assembleias de associados, por exemplo, eram aprovadas ou rejeitadas em uma semana. Agora o BC leva um ano para dizer que a ata estava errada, ou seja, cria uma situação de ilegalidade por sua própria inépcia. Defendo que seja restabelecida a delegacia regional em Belém, com to-

dos os seus serviços, para fazer frente aos novos tempos do cooperativismo amazônico. Isso sem falar da instalação de uma outra delegacia em Manaus, que julgo necessária. O governo anterior não tinha sensibilidade social, mas esse, ao que parece, tem. A Amazônia não pode ficar sem uma delegacia regional do BC”, diz Palhares. A Sicoob Amazônia é uma das centrais controladoras do Bancoob – Banco Cooperativo do Brasil S/A.

O coro dos descontentes encontra respaldo nas fileiras do BC em Belém. Segundo Jorge Luiz de Melo Borges, as queixas têm fundamento. “Vejo no meu cotidiano de trabalho quanta falta faz uma fiscalização próxima para autuar instituições que tripudiam de seus clientes. Atualmente, quando não conseguimos resolver uma reclamação, temos que remetê-la a Belo Horizonte, e o tempo de resposta tende ao infinito. No caso das cooperativas é a mesma coisa. No momento em que elas mais precisam do BC na região, o banco não tem como ajudá-las”, reclama Jorge. Para o funcionário, é hora de se discutir um modelo de gestão moderno para o BC: “A base deve ser o compartilhamento de responsabilidades, capaz de estabelecer procedimentos, medidas, padrões, metas, avaliações e controle. Um modelo de gestão que dê segurança à ação institucional do BC nas diversas praças em que atua.”

Para Roberto Magalhães Reis, que ocupa um cargo de gerente regional no BC em Belém, a instituição pre-

cisa aproveitar o momento atual para redefinir seu papel no desenvolvimento econômico da região. “O que o Banco Central do Brasil deveria fazer na região Norte e não está fazendo? Acho que para chegarmos a uma resposta consistente para essa indagação devemos ouvir os diversos segmentos envolvidos na sociedade, usuários dos serviços prestados pelo BC. A partir daí poderemos definir um modelo que corresponda, de maneira efetiva, ao conceito de eficiência que nossa instituição ainda desfruta”, ressalva o gerente regional.

Segundo Roberto, muitos desses segmentos – como as federações das indústrias, da agricultura e do comércio – demonstraram, ainda em 1999, profunda preocupação com a sensível redução dos serviços do BC nos seis estados da jurisdição (Pará, Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Amapá): “A preocupação perdura até hoje, somos cobrados sempre. E não é sem motivo. A região é sobejamente conhecida como propícia às atividades de lavagem de dinheiro, devido às operações do narcotráfico e do desvio de ouro e metais preciosos. Além disso, é uma região superavitária no que se refere à balança de pagamentos, com intensas atividades com o exterior, através das praças de Belém e Manaus. Na época, esses segmentos não foram ouvidos sobre a reestruturação de 1999. Espero que agora, quatro anos depois, sejam consultados sobre o papel do Banco Central na Amazônia.”

“O desmonte nos levou ao imobilismo. O governo precisa mais do que nunca ter um BC forte na Amazônia. O desmonte foi um erro que deve ser reparado o mais rápido possível.”

EDUARDO SÉRGIO HOLANDA ARAÚJO
Ex-delegado do BC em Belém

“Com o BC forte no Norte, quem ganha é o País”

O senhor vem liderando um movimento pela instalação de uma representação regional do Banco Central em Manaus. Há argumentos econômicos que sustentem esse pleito?

Há muitos. O Amazonas tem uma economia forte e diversificada, com intensa movimentação de capitais. O Pólo Industrial de Manaus tem mais de 400 empresas e um faturamento médio anual de US\$ 10 bilhões. Manaus é hoje a segunda maior praça de câmbio do Brasil. Os empresários que lidam com importação e exportação em moeda estrangeira têm de ir até Recife para resolver seus problemas com o Banco Central. Isso não tem cabimento, onera as empresas, é injustificável.

Mas como o Banco Central justifica essa ausência?

Não justifica. No governo passado, estive com o então presidente Arminio Fraga, e ele se comprometeu comigo a instalar em Manaus ao menos o Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio (Decec) do BC. Nem isso ocorreu. Hoje eu já acho que apenas o DECEC não é suficiente. Vamos tentar sensibilizar o presidente Henrique Meirelles no sentido de ter em Manaus uma representação completa do Banco Central.

O BC já possui uma representação regional em Belém. Isso não inviabilizaria a criação de uma outra em Manaus?

Acho que não. Até porque a regional de Belém está esvaziada desde a reestruturação de 1999. Eu defendo que a regional de Belém seja fortalecida e que seja criada em Manaus uma nova regional, com todos os serviços. Todo o mundo vai sair ganhando. Argumentos não faltam para isso. Este ano, o movimento de importação e exportação em Manaus vai passar de US\$ 5 bilhões. Com o BC forte no Norte, quem ganha é o País.

A regional de Belém é hoje, ao menos em teoria, responsável pela cobertura de Manaus. Não seria suficiente?

Essa cobertura é só mesmo em teoria. Na prática, estamos desamparados. O que Belém pode fazer com uma regional enfraquecida como aquela? Temos que ter em Manaus a presença do Departamento de Combate a Ilícitos Financeiros e Cambiais (Decif) para coibir a lavagem de dinheiro na região. Precisamos do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf) para dar suporte às operações de microcrédito e ao funcionamento das cooperativas, agora sob forte incentivo do governo. E de uma Central de Atendimento ao Público para que as reclamações não sejam feitas apenas por um telefone 0800. Queremos, enfim, um BC atuante para ajudar a desenvolver a economia da Região Norte, e não um BC ausente que parece ignorar um pedaço do Brasil.

“Eu defendo que a regional de Belém seja fortalecida e que seja criada em Manaus uma nova regional, com todos os serviços. Todo o mundo vai sair ganhando.”

DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO

A população ganha com a reforma da Previdência?

O debate das reformas tem sido nublado por argumentos que diversionam do que considero ser a sua essência. Não está em pauta esse ou aquele direito específico de uma categoria ou a promoção de justiça social. Menos ainda a solução de falsos déficits, e muito distante do que podemos apontar como saída para a crise econômica. No Brasil, somado à superação de oligarquias regionais e econômicas, são estabelecidas diretrizes e legislações que buscam consolidar uma estrutura de Estado estável para cumprir suas funções. Após crises, oscilações e desmandos autoritários, enfrentamos na década de 90, nos governos civis, uma radical alteração na formulação do papel do Estado. Pautado por uma fase contemporânea de acumulação de capital, o modelo é invertido, e a essência do projeto passa a ser a regulação pelo mercado, redução drástica do papel estratégico do Estado na economia e no social, com quebras estruturais, desmonte e perda de direitos e exclusão crescente.

A universalidade da proteção social, nunca consolidada, mas uma conquista da Constituição Federal de 1988, é ferida de morte com o predomínio da visão do Banco Mundial, defensor da focalização das políticas sociais dirigidas ao público na faixa de miséria e predominantemente compensatórias. É preciso ressaltar que o debate sobre a Previdência Social não é secundário nem pouco importante, envolve 170 milhões de brasileiros, a concepção de Estado, o combate à exclusão, retribuição ao trabalho e dignidade na passagem para a inatividade. Neste contexto, a reforma da Previdência enviada ao Congresso desmonta nossa expectativa de avanço das políticas sociais.

Na verdade, a proposta de emenda constitucional enviada pelo nosso governo não difere da essência da

reforma do governo anterior e, com os mesmos argumentos de antes, fragiliza o principal instrumento da universalização de direitos: O PODER PÚBLICO. Seria irônico e dramático imaginar que, para a grande massa brasileira, pobre e desprotegida, a saída viria pelos planos privados de saúde, escolas particulares e pesquisadores de multinacionais. Sem Judiciário público, Ministério Público, corpo diplomático, fiscais do dinheiro público ou corpo de bombeiros. A ação pública está condicionada à existência de seres humanos que trabalham inseridos de maneira muito peculiar e diferenciada do setor privado, com regras específicas e com poucos estímulos. Um deles, a estabilidade, já foi quebrado. O outro, a aposentadoria integral, está, pela proposta, para ser definitivamente extinto.

Ao contrário do que foi acordado e noticiado pelo governo e pelo relator, no texto não há garantias para a integralidade e a paridade dos atuais servidores. A lei poderá restringir as parcelas remuneratórias que compõem as aposentadorias, e a paridade não será mantida se forem adotados novos planos de carreira, transformação ou reclassificação de cargos. Para os novos servidores, sai o direito à integralidade e não se constituem novas regras; sai a paridade e o reajuste das aposentadorias, mesmo o das inferiores ao teto do regime geral de previdência social ficará à mercê de leis emanadas pela União, estados e municípios.

Para os futuros servidores, não há qualquer garantia. A Constituição de 1988 previa integralidade e a paridade. A EC nº 20 mantinha a integralidade e a paridade, admitindo-se que o Poder Público constituísse fundos de pensão para limitar esses direitos exclusivamente para os servidores que pretendessem se aposentar com valo-

res superiores ao teto do regime geral de previdência social. A PEC 40, na sua versão original, acabava com a integralidade e a paridade, limitando os benefícios ao teto do RGPS e submetendo a complementação das aposentadorias aos fundos privados de previdência determinados pela reforma de FHC – os fundos podem ser fechados, constituídos exclusivamente para servidores, mas não são fundos públicos. O substitutivo não tem expresso o limite das aposentadorias, mas fica mantida a previsão dos fundos privados de pensão; não há regras que estabeleçam como será calculada a aposentadoria, mas ficam expressos requisitos e carências; a definição dos direitos fica ao sabor da lei, que responderá sempre às limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal e de outros interesses nem sempre confessáveis.

Essa indefinição do direito, que também atinge os atuais servidores, pode ampliar o público-alvo dos fundos de pensão. Quando a lei estabelecer os limites da integralidade e o servidor perceber a tendência e os riscos do fim da paridade, estaremos forçando a sua adesão voluntária aos fundos de pensão. É a atenção a um grande interesse do mercado – que se tornou possível porque o substitutivo altera os conceitos de integralidade e paridade do atual servidor. Sob esse aspecto, é uma situação piorada frente à EC nº 20 e à versão do PLP nº 9, quando os fundos de pensão estavam reservados somente aos novos servidores.

A consequência da reforma será drástica. Contribuirá para o desmonte do Estado nacional, fortalecerá a ótica da focalização das políticas de proteção social e, além disso, não olhará para os excluídos do sistema, reduzindo ainda, para estes, o acesso aos serviços públicos. Uma verdadeira reforma tributária, com taxação de renda e patrimônio, aumento de empregos formais, concursos públicos, suspensão de anistias fiscais com recursos da Previdência, enfrentamento das fraudes e sonegações seriam medidas fundamentais para aumentar o caixa público. Sem falar na expectativa de que, em algum momento, possamos parar de consumir 50% do orçamento público, dinheiro dos contribuintes assalariados, no pagamento de encargos financeiros. No primeiro

quadrimestre de 2003, a União gastou R\$ 5 bilhões para pagar aposentadorias e pensões dos servidores civis. No mesmo período, obteve um superávit primário de R\$ 25 bilhões e pagou R\$ 30 bilhões de juros. É inimaginável que o investimento em saneamento, habitação e saúde dependa do corte de aposentadorias dos servidores do Estado brasileiro. É impensável, para quem sempre defendeu o Estado desprivatizado, o argumento de que o inimigo do povo seja o Poder Público, aprofundando o desgaste deste frente ao setor privado. Toda e qualquer reforma do sistema de previdência social deve ser ampliadora, universalizadora e, reafirmo, de retribuição ao trabalho, e não de mercado de ações. Aposentadoria não é capital de risco.

(*) Deputada federal, PC do B/RJ

ABRAPP

Fundos de pensão: os novos atores

Com o debate em torno da reforma da Previdência consumindo naturalmente as atenções, o que se passou a 1º de julho não foi aparentemente percebido em toda a sua dimensão histórica. Nesse dia, no fim da manhã, em São Paulo, uma solenidade marcou a autorização de funcionamento dos três primeiros fundos de pensão instituídos no País por entidades sindicais, associativas e cooperativas. A iniciativa partiu do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo, da Associação de Ex-Alunos da Fundação Getúlio Vargas e da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Militares, Polícia Civil e da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. Dois ministros, Ricardo Berzoini, da Previdência, e Luiz Gushiken, da Comunicação e Gestão Estratégica, estiveram presentes, ao lado do secretário da Previdência Complementar, Adacyr Reis, revelando a importância que o governo atribuiu à cerimônia.

As primeiras formas de proteção oferecidas no Brasil a quem pára de trabalhar, por incapacidade ou idade avançada, nasceram com a Previdência Social, nos anos 20 do século passado. Em julho de 1977, isto é, meio século depois, veio a lei que regulamentou o funcionamento da Previdência Complementar, permitindo que empresas criassem fundos de pensão para os seus empregados.

E agora, um quarto de século mais tarde, a história dá mais um salto adiante, com a legislação que autoriza sindicatos, associações e cooperativas a instituir esses mesmos fundos para as categorias que representam.

A possibilidade que agora se abre para sindicatos e associações redesenha o potencial de crescimento do segmento de fundos de pensão, que teve também sua legislação modernizada e vê agora suas normas simplificadas e flexibilizadas. Resultado: vai caindo o cerco burocrático que no passado tornou a administração de planos complementares uma tarefa mais complexa e onerosa do que deveria ser. Essas mudanças fazem surgir novos cenários, que se juntam a fatores econômicos e populacionais e tornam possível projetar um forte incremento do sistema.

Atualmente, os fundos de pensão protegem perto de 5 milhões de trabalhadores e seus dependentes em nosso País. Tudo faz crer que os fundos instituídos por sindicatos, associações e cooperativas conseguirão dobrar esse número ainda nesta

primeira década. É o que se prevê, não por excesso de confiança, mas porque a experiência internacional mostra que isso é possível. Os maiores fundos de pensão dos EUA e alguns dos maiores da Europa têm sua origem nos movimentos sindical e associativo.

Esse novo tipo de fundo de pensão tem a vantagem de fazer com que os trabalhadores dependam unicamente da capacidade de organização de sua categoria profissional. E nada impede que, instituído o plano complementar, o empregador venha a ser convencido a também contribuir para a aposentadoria de seus empregados.

A entrada em cena dos planos de instituidores contribui para abrir maiores perspectivas de desenvolvimento para o sistema de fundos de pensão, e isso, diga-se, parece claramente inserido em uma estratégia de governo, que entre outras iniciativas investe fortemente na reestruturação da Secretaria da Previdência Complementar, de modo a prepará-la para os novos tempos vividos pelo segmento que lhe cabe fiscalizar e fomentar.

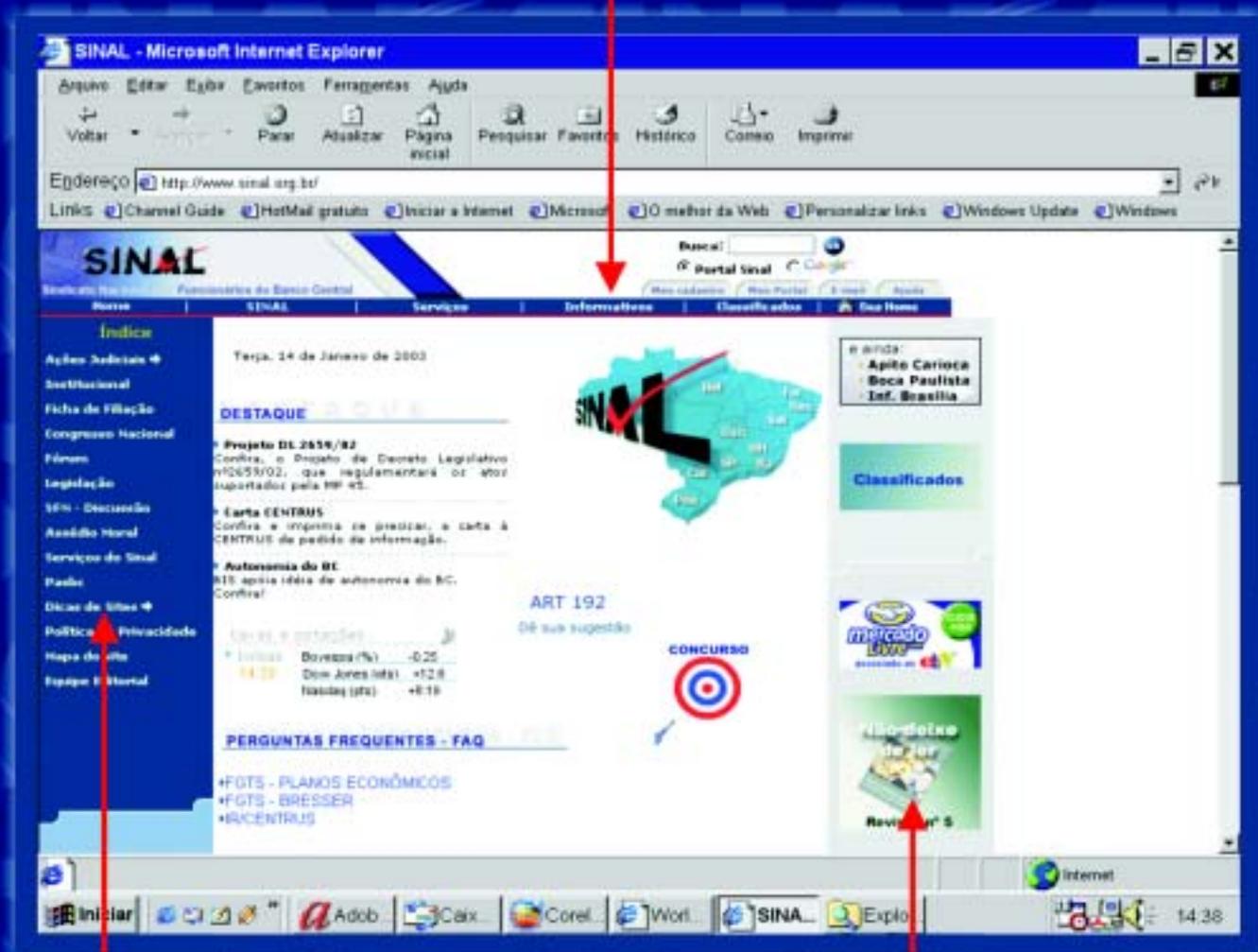
As ações do governo incluíram a promoção de seminários em quase uma dezena de capitais de estados, nos últimos três meses, para divulgar o novo formato de fundos, ensinando com muita clareza e objetividade o caminho que precisa ser seguido por aqueles que desejam instituir esses fundos de pensão, mostrando vantagens e formas de vencer os obstáculos. Contribuindo para o sucesso desse esforço, um folheto veio reforçar as explicações a esse respeito. Tudo isso produz a certeza da expansão das fronteiras da Previdência Complementar e, conseqüentemente, de uma maior proteção oferecida aos trabalhadores.

Mas é ainda possível prever outras conseqüências, como o aumento do contingente de brasileiros sindicalizados. À medida que os sindicatos tomarem a iniciativa de instituir planos complementares, é razoável pensar que mais trabalhadores neles ingressarão, provavelmente revertendo uma tendência que vem sendo observada nos últimos anos de um relativo esvaziamento das entidades sindicais.

Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar Privada — Abrapp

ACESSE NOSSO ENDEREÇO ELETRÔNICO

Súmula de Jornais



Dicas de Sites

Revista Por SINAL

www.sinal.org.br

SINAL
SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL



